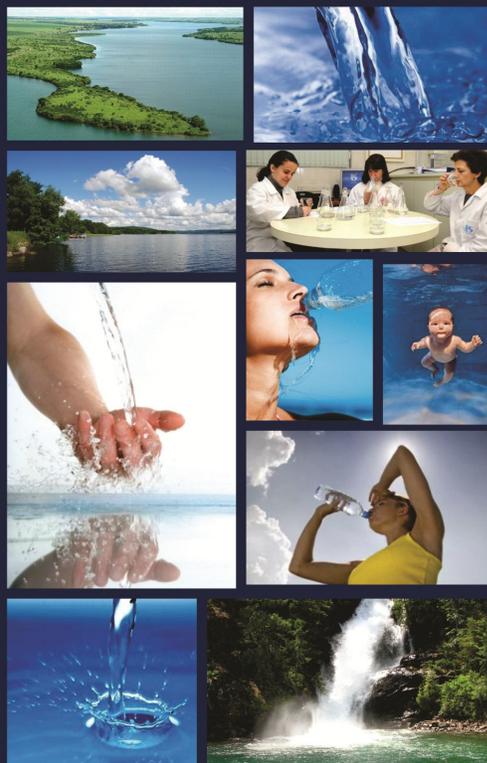


RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2011



Adasa

Agência Reguladora de Águas,
Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal



Agência Reguladora de Águas,
Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão apresentado à Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN, que comporá a prestação de contas anual do Governador, conforme estabelecem os incisos XVII, do Artigo 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, os incisos V e XV, do artigo 138, da Resolução nº 38/90 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, alterado pela Emenda Regimental nº 24, de 08/07/2088, o artigo 90 do Decreto nº 32.598/2010 de 15/12/2010 – Normas de Planejamento, Orçamento e Finanças Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, é o art. 5º da Lei 4007, de 20/08/2007 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABAR	Associação Brasileira de Agências de Regulação.
ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.
ABEGAS	Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás canalizado.
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ABRH	Associação Brasileira de Recursos Hídricos.
ACI	Assessoria de Comunicação e Imprensa
ADASA	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal.
AFNOR	Associação Francesa de Normalização.
AGESAN	Agência Reguladora de Serviço de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina.
ANA	Agência Nacional de Águas.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
AP	Audiência Pública.
APP	Área de Proteção Permanente.
ARCE	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.
ARSESP	Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.
ASSEMAE	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento.
ATTR	Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem.
BAR	Base de Ativos Regulatória.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BR	Brasil.
BTEX	Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xileno.
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.
CBH	Comitês de Bacias Hidrográficas.
CEBGÁS	Companhia Brasileira de Gás.
CFEF	Coordenação de Fiscalização Econômico-Financeira.
CIRS	Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos.
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal.
CNARH	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos.
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente.
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social.
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.
CRV	Cooperativa de Reciclagem do Varjão.
CTA	Câmara Técnica de Assessoramento.
CTRS	Central de Tratamento de Resíduos Sólidos.
DC	Diretoria Colegiada.
DEMA	Delegacia do Meio Ambiente.
DF	Distrito Federal.
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal.
DRE	Diretoria Regional de Ensino.
DSAST	Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública.
ENSP/FIOCR	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.
EPTG	Estrada Parque Taguatinga.
EPNB	Estrada Parque Núcleo Bandeirante.
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos de Portugal.
ETE	Estações de Tratamento de Esgoto.
FCO	Fundação Christiano Ottoni.
FD	Fluviométrica com Medição de Descarga.
FIOTEC	Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde.
FR	Fluviógrafo.
FUNAP	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso.
GAB	Gabinete.
GDF	Governo do Distrito Federal.
GEOR	Gestão Estratégica Orientada a Resultados.

GNV	Gás Natural Veicular.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBDP	Instituto Brasileiro de Direito Público.
IBRAM	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal.
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
IDEMP	Instituto de Desenvolvimento Empresarial.
I-MASS	Índice de Monitoramento de Águas Superficiais e Subterrâneas do Distrito Federal.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano.
ISA-F	Indicador Sócio Ambiental Para Favelas.
ISO	Organização Internacional para Padronização.
JUR	Serviço Jurídico
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias.
LOA	Lei Orçamentária Anual.
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal.
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo.
MBA	Master of Business Administration.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
MS	Ministério da Saúde.
NAC	Núcleo de Atendimento ao Cliente.
NAI	Núcleo de Auditoria Interna.
NBR	Denominação de norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas .
NCI	Núcleo de Comunicação e Imprensa.
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital.
NPE	Núcleo de Planejamento e Programas Especiais.
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação.
ODC	Outras Despesas Correntes.
OUV	Ouvidoria.
P	Pluviométrica.
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento.
PAD	Project Appraisal Document.
PRO- REG	Programa de Fortalecimento Capacidade Institucional da Regulação.
PAH	Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos.
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
PDDU	Plano Diretor de Drenagem Urbana.
PDCT	Plano Diretor de Capacitação e Treinamento.
PDLI	Plano de Desenvolvimento Local Integrado.
PDRSU	Plano Diretor de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito Federal.
PEV	Ponto de Entrega Voluntária.
PFD	Pluviométrica e Fluviométrica com Medição de Descarga.
PGIRH	Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal.
Ph	Potencial Hidrogeniônico.
PM	Pluviômetro.
PM	Polícia Militar.
PPA	Plano Plurianual.
PR	Pluviógrafo.
PRODOC	Projeto de Cooperação Técnica Internacional ADASA/UNESCO.
PSI	Projeto de Saneamento Integrado.
PTP	Poço Tubular Profundo.
PTR	Poço Tubular Raso.
PTS	Programa de Trabalho Social.
PZ	Piezométrica.
Q	Qualidade de água.
RCD	Gestão Integrada de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos.
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.
RTP	Revisão Tarifária Periódica.
SAF	Superintendência de Administração e Finanças.
SAG	Sistema de Acompanhamento Governamental.

SANASA	Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A.
SEAPA	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal.
SDE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.
SEDEST	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda.
SEDHAB	Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano.
SEDUMA	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
SEF	Secretaria de Estado da Fazenda.
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal.
SEPLAG	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal.
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados.
SETRAB	Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal.
SFS	Superintendência de Fiscalização de Serviços Públicos.
SGE	Secretaria Geral.
SIGGO	Sistema Integrado de Gestão Governamental.
SIGMA	Sistema de Gerenciamento e Monitoramento de Desenvolvimento de Sistemas.
SMPW	Setor de Mansões Park Way Brasília.
SINDICONDO	Sindicato dos Condomínios Residenciais e Comerciais do Distrito Federal.
MÍNIO	
SINDUSCON	Sindicato da Indústria da Construção Civil.
SIRH	Sistema de Informações dos Recursos Hídricos.
SISAGUA	Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano.
SLU	Serviço de Limpeza Urbana.
SRE	Superintendência de Regulação Econômica.
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos.
SRT	Superintendência de Regulação Técnica.
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde.
TAC	Termo Compromisso de Ajustamento de Conduta.
TCDF	Tribunal de Contas do Distrito Federal.
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília.
TFS	Taxas de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento.
TFU	Taxa de Fiscalização do Uso dos Recursos Hídricos.
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
TLP	Taxa de Limpeza Pública.
UAG	Unidade de Administração Geral.
UAH's	Unidades de Análise Hidrológica.
UCB	Universidade Católica de Brasília.
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais.
UGP	Unidade de Gerenciamento de Projeto.
UM	Unidade de medida
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
UO	Unidade Orçamentária.

LISTA: Figuras, Gráficos, Tabelas.

Figuras		Página
Figura 1	Esquema do Processo de Planejamento Estratégico	18
Figura 2	Níveis do Lago Paranoá	25
Figura 3	Outorgas Emitidas em Relação à Meta/2011	28
Figura 4	Foto de Residência Fiscalizada	32
Figura 5	Foto – Stand no Congresso da ABAR	69
Figura 6	Foto – Semana da Água 2011	70
Figura 7	Foto – Premiação Guardiões da Água	70
Figura 8	Foto – Campanha Lago Limpo	71
Figura 9	Foto – ADASA Móvel	71
Gráficos		
Gráfico 1	Situação dos Níveis do Lago Paranoá em 2011	25
Gráfico 2	Evolução da Rede Hidro meteorológica do Distrito Federal	26
Gráfico 3	Outorgas 2011	28
Gráfico 4	Outorgas por Ano	29
Gráfico 5	Atos de Fiscalização 2011	31
Gráfico 6	Atos de Fiscalização	32
Gráfico 7	Histórico de Reajuste das Tarifas	40
Gráfico 8	Foto de Residência Fiscalizada	42
Tabelas		
Tabela 1	Força de trabalho da ADASA em 2011	18
Tabela 2	Índice de Monitoramento de águas Superficiais e Subterrâneas do DF I- MASS	21
Tabela 3	Cesta de formulação do Indicador	21
Tabela 4	Execução Orçamentária e Financeira	22
Tabela 5	Meta física (1)	23
Tabela 6	Meta física (2)	23
Tabela 7	Quantitativos de Estações de Monitoramento Hidrológico	24
Tabela 8	Contratações e parcerias	26
Tabela 9	Posição de regulamento técnica	29
Tabela 10	Atos de fiscalização - 2011	31
Tabela 11	Contratações	34
Tabela 12	Relação de minutas submetidas a consulta e audiência pública em 2011	35
Tabela 13	Relação de minutas elaboradas em 2011 e que serão submetidas a consulta em 2012	35
Tabela 14	Datas e locais de realização de audiências públicas	36
Tabela 15	Processos Autuados e Analisados pela SRT no Período de 2008 a 2011	37
Tabela 16	Quantidade de ligação por localidade e respectivas unidades de consumo	38
Tabela 17	Parcerias celebradas em 2011	43
Tabela 18	Contratos	43
Tabela 19	Indicadores do Programa (PPA /2008-2011)	45
Tabela 20	Parâmetros e Metas Físicas do ISA-F	46
Tabela 21	Execução Orçamentária e Financeira	47
Tabela 22	Contratação	49
Tabela 23	Contratações	51
Tabela 24	Contratações	52
Tabela 25	Contratações	53
Tabela 26	Contratações	55
Tabela 27	Execução Orçamentária e Financeira	56
Tabela 28	Contratação	57
Tabela 29	Contratações	58
Tabela 30	Execução Orçamentária e Financeira	59



Agência Reguladora de Águas,
Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

Tabela 31	Participação de Servidores em Eventos de Capacitação	60
Tabela 32	Contratações	61
Tabela 33	Execução Orçamentária e Financeira	63
Tabela 34	Contratação	64
Tabela 35	Execução Orçamentária e Financeira	65
Tabela 36	Contratação	66
Tabela 37	Execução Orçamentária e Financeira	67
Tabela 38	Execução Orçamentária e Financeira	68
Tabela 39	Contratação	71
Tabela 40	Objetivos e resultados previstos projeto ADASA/UNESCO	72
Tabela 41	Contratações/execuções projeto ADASA/UNESCO	73

Equipe Técnica Responsável pela elaboração deste relatório:

**Coordenação da elaboração: Núcleo de Planejamento e
Programas Especiais – NPE.**

Regulação Técnica, Econômica e Fiscalização de Serviços.

Elen Dânia Silva dos Santos – Reguladora de Serviços Públicos
Débora Tolentino Luzzi Diniz – Reguladora de Serviços Públicos
Paulo Guimarães Júnior
Ricardo Abdalla Lage – Regulador de Serviços Públicos
Urbano Medeiros Fernandes – Gestor Executivo

Recursos Hídricos.

Camilla Aida Campos
Eduardo Costa Carvalho
Luiz Antônio V. de Magalhães Neto
Pablo Armando Serradourada Santos
Rosângela Nogueira
Vitor Guimarães Marques

Gestão, Logística, Comunicação e Tecnologia da Informação.

Geraldo Alves Barcellos
Helenice Maria da Silva
Leonardo Mattos de Souza
Leosmar Litran dos Santos
Lídia Milhomem Derwich
Paulo Antônio Soares Cotta
Rodrigo César Lopes Gorgulho

Planejamento, Orçamento e Finanças.

Carlos Pinheiro dos Santos Bastos Neto
Cláudia Maria Macedo Holanda da Silva
Francisco Francismar Pereira
José Bento da Rocha
Lucivane Madureira Sampaio Camargo
Priscila Oliveira dos Santos
Rosa Alice Nunes Lima

Diretoria Colegiada.

Diretor Presidente
Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides

Diretores
João Carlos Teixeira
Antonio Magno Figueira Netto
Paulo César Montenegro de Ávila e Silva

Chefe de Gabinete
Roberto Costa

Secretário Geral
Francisco Rodrigo Sábado de Castro

Serviço Jurídico
Israel Pinheiro Torres

Assessoria
Luiz Carlos Buriti Pereira
Guilherme Drügg Barreto Viana
André Luiz da Silva Moura
Paulo Antônio Soares Cotta

Superintendência de Administração e Finanças
Leosmar Litran dos Santos

Superintendência de Recursos Hídricos
Superintendência de Fiscalização de Serviços Públicos
Diógenes Mortari

Superintendência de Regulação Econômica de Serviços Públicos
Urbano Medeiros Fernandes

Superintendência de Regulação Técnica de Serviços Públicos
Marcos Helano F. Montenegro

Núcleo de Planejamento e Programas Especiais
Carlos Pinheiro dos Santos Bastos Neto

Núcleo de Atendimento ao Cliente
Claudia Regina da Costa

Núcleo de Auditoria Interna
Cleidionice Fortaleza de O. Veríssimo

Núcleo de Tecnologia da Informação
Geraldo Alves Barcellos

SUMÁRIO

I.	MENSAGEM DO ORDENADOR	12
II.	INTRODUÇÃO	15
1.	ESTRUTURA	16
1.1	Organograma.....	16
1.2	Identificação.....	17
1.3	Competência Institucional	17
1.4	Missão	18
1.5	Força de Trabalho.....	18
1.6	Planejamento.....	18
2.	PROGRAMAS FINALÍSTICOS	20
2.1.	Programa – 0450 - Água é Vida	20
2.2.	Programa – 0150 – Brasília Sustentável.....	43
3.	PROGRAMAS DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE APOIO ADMINISTRATIVO	56
3.1.	Programa – 0100 – Apoio administrativo	56
3.2.	Programa – 0750 – Gestão de pessoas	59
3.3.	Programa – 1501 – Defesa e garantia dos direitos humanos	63
3.4.	Programa – 3000 – Administrando nossa cidade.....	64
3.5.	Programa – 0001 – Programa para operação especial	66
3.6.	Programa – 3200 – Divulgação oficial	68
4.	PROJETOS ESPECIAIS	71
3.1.	Acordo de Cooperação Técnica ADASA/UNESCO.....	71
5.	CONCLUSÃO	73
6.	PERSPECTIVAS FUTURAS	73
7.	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	76

I. Mensagem do Ordenador

A Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico (ADASA), autarquia especial, no cumprimento de sua missão de órgão regulador dos setores de água, energia e saneamento básico, busca assegurar um ambiente favorável aos agentes e investimentos, criando condições para que o mercado se desenvolva com equilíbrio entre os concessionários, usuários e governo.

Nesse sentido constitui sua finalidade básica a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos de competência originária do Distrito Federal, bem como daqueles realizados no âmbito geopolítico ou territorial do Distrito Federal que venham a ser delegados a ela por órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, em decorrência de legislação contrato ou convênio.

Também define regras técnicas e econômicas para garantir o atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume *per capita* de água para abastecimento público, observadas as normas gerais e específicas relativas à potabilidade de água e fiscaliza o seu cumprimento, tanto sob a ótica técnica e comercial quanto econômico-financeira, promove a mediação de conflitos e operacionaliza as decisões do Distrito Federal e da União, no que couber, relativas a concessões para os serviços regulados.

No exercício de 2011, a atuação da ADASA pautou-se pelas prioridades definidas na Agenda de Desafios Estratégicos para o período de 2008 a 2011, enfatizando como principais compromissos: (i) promover a governança corporativa, (ii) aprimorar o modelo de gestão e de planejamento, (iii) intensificar a regulação e melhoria dos serviços públicos, (iv) consolidar a regulação dos usos das águas, (v) promover a participação cidadã, (vi) intensificar a divulgação da imagem da agência e aprimorar os acordos de cooperação técnica.

No campo da regulamentação, a divulgação das condições da prestação e utilização de serviços públicos de água e de esgotamento sanitário foi um importante marco. Essa ação foi materializada com a publicação da Resolução Normativa nº 14 de 10/11/2011 na qual se destaca, entre outros, a definição de categorias e classes de unidades usuárias. A partir desta definição o usuário irá pagar uma tarifa adequada a seu perfil de consumo e uso, seja ele, para fins comerciais, residenciais, industriais ou públicos. Ademais, os prazos de atendimento de diversos serviços foram estipulados, implicando em maior transparência na relação de consumo. Outra importante ação neste campo refere-se à revisão da Resolução sobre hidrometração individualizada, que dentre outros dispositivos, estabelece os procedimentos a serem observados pelo prestador de serviços quando da constatação de divergências entre o somatório dos volumes registrados nos hidrômetros individuais e o volume registrado no hidrômetro geral, assunto este que estava sendo objeto de inúmeras reclamações por parte dos usuários desde a edição da norma anterior.

Também merece destaque, nesse campo, o processo de regulação das tarifas da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ofertado pela concessionária CAESB. Nesse contexto, no que se refere a 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB, foi contratada consultoria técnica visando à obtenção de dados da referida concessionária para consolidação dos resultados do primeiro ciclo de revisão, bem como ao treinamento de pessoal. Ainda nesse ano foi realizado o Reajuste Tarifário Anual, que é um ajuste no valor das tarifas para anularem os efeitos inflacionários.

Quanto à outorga de concessões, autorizações e permissões, para uso de recursos hídricos, o desafio foi o de priorizar a análise dos processos antigos que ainda não tinham definição, assim como dos processos de outorgas prévias, de usuários maiores de 60 anos e daqueles prioritários para o governo do Distrito Federal, tais como aqueles relacionados a obras do PAC e da Copa 2014. Outra importante ação foi a campanha de convocação de parte dos usuários cadastrados pela internet, visando à sua regularização definitiva por meio da entrega da documentação necessária para a instrução do processo de outorga. Tais ações fizeram com que a Agência superasse sua meta do PPA 2008-2011 em 2.627 emissões de atos de outorgas, que representam, em relação ao programado, 143,78 pontos percentuais, antecipando dessa forma, um cenário desejável quanti-qualitativo dos recursos hídricos do DF. Em decorrência de outorgas de anos anteriores, o Distrito Federal teve, em 2011, a manutenção da disponibilidade hídrica em relação ao exercício anterior com uma vazão média aproximada de 2.700 l/s ao final do ano.

No tocante à fiscalização da prestação de serviços dos setores regulados, os trabalhos empreendidos em 2011 foram, prioritariamente, de caráter estruturante, com realização de estudos, levantamentos, elaboração de estratégias e desenvolvimento de projetos capazes de criar as condições necessárias e adequadas ao exercício destas atribuições. A atividade de monitoramento, verificação e acompanhamento do fiel cumprimento das normas técnicas e legais relativas aos contratos de concessão e competências correlatas se deram nos sistemas urbanos e rurais de abastecimento de água, com mapeamento de 100%

do sistema fiscalizado e atendimento de 100% das demandas de usuários destes serviços. Com relação ao sistema de esgotamento sanitário pode-se destacar o monitoramento da qualidade dos esgotos tratados na saída para os corpos receptores e acompanhamento dos dados mensais de desempenho operacional das Estações de Tratamento de Esgotos da CAESB em sua totalidade.

Por intermédio do Núcleo de Atendimento ao Cliente - NAC e da SRH, unidades responsáveis pelo atendimento direto ao cliente, a ADASA recebeu ao longo do ano, 567 manifestações de usuários. A maior procura foi em relação a reclamações sobre os serviços públicos regulados de água e saneamento básico que, em sua maioria, foram sobre desgostos, críticas e queixas aos atendimentos e serviços prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), representando 50% das manifestações.

Neste panorama, as denúncias sobre o uso indevido dos recursos hídricos ocupam o segundo lugar, com 40% de reclamações. A maior incidência está em captações irregulares de águas subterrâneas e superficiais (poço artesiano, cisterna, caminhão-pipa) e degradação de nascentes, entre outros. Informação, sugestões e elogios somam 10%. A ADASA, através do NAC, também realizou uma sessão de mediação, que teve como objetivo buscar solução amigável para uma reclamação apresentada por uma usuária contra a Caesb.

Ainda, entre janeiro e dezembro de 2011, a ADASA realizou sete audiências públicas, quatro delas referentes aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal e outras três referentes a outorgas. Os assuntos tratados nestas audiências referiam-se as questões relacionadas especificamente a Reajuste tarifário anual prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; Hidrometração individualizada; Condições da Prestação e Utilização dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no DF; Processos Administrativos para correção de irregularidades; Outorgas de Barragens do Distrito Federal; Outorgas de lançamento de águas pluviais; e Outorga para fins de lançamento de efluentes em corpos hídricos de domínio do DF e naqueles delegados pela União e Estados.

Em relação aos projetos de cooperação técnica destacam-se, entre outros, a realização de capacitação/intercâmbio internacional de servidores: - na França, visando permitir que os técnicos da ADASA e pessoas de renomada competência no DF pudessem conhecer o funcionamento dos Comitês e Agências de Bacias, sua interface com o sistema de gerenciamento de recursos hídricos e como se dá a relação com os agentes gestores de recursos hídricos; - na Alemanha, em bioremediação, objetivando conhecer as experiências bem sucedidas em aterros sanitários, os atores envolvidos, custos de implantação, e a participação de agentes financiadores.

Em nível nacional, o destaque no âmbito da capacitação, foi a realização de parceria com os Ministérios da Cidade e Ministério do Meio Ambiente, para a criação de um curso em nível de mestrado profissionalizante capaz de oferecer a servidores públicos e aos profissionais em exercício das agências de regulação e dos ministérios formuladores de políticas de saneamento básico a oportunidade de atualizar e aperfeiçoar seus conhecimentos, de modo que estejam aptos a atenderem satisfatoriamente às novas demandas e habilidades exigidas nessa área de atuação. O processo acabou por ser encampado pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da FIOCRUZ e após processo seletivo, a agência teve 6 (seis) servidores selecionados, atualmente matriculados e cursando o Curso de Mestrado em Saúde Pública – Área de Concentração Gestão e Regulação de Serviços Públicos de Saneamento Básico.

Ao longo de todo o exercício a ADASA ocupou ainda espaços significativos na mídia (jornais, revistas, rádios e televisões) local e nacional, totalizando 480 matérias publicadas, todas consideradas pelos meios de comunicação mais importantes do DF e de outros Estados, como de interesse da população em geral e elevando a agência ao patamar de vetor de fatos positivos para o Governo do Distrito Federal. A agência atualiza ainda diariamente seu site com as matérias produzidas pela Assessoria de Comunicação e Imprensa que é outra fonte de informações muito procurada pelos clientes e cidadãos em geral.

O relacionamento externo de uma agência reguladora é fundamental para o conhecimento das necessidades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, nos seus diferentes níveis, dos prestadores de serviços e seus usuários. Ações de promoção e participação em eventos de conscientização, comemorativos ou de significância para as áreas de regulação, recursos hídricos, saneamento básico, gás, dentre outros no exercício foram de vital importância para consolidar tal relacionamento. Em particular, vale

ressaltar no período de 20 a 23 de setembro, a realização do VII Congresso Brasileiro de Regulação. Como anfitriã e organizadora do Congresso, a ADASA – entendeu que o evento teve a pretensão de inovar em comunicação, demonstrando para a sociedade brasileira a importância estratégica das Agências Reguladoras na construção do desenvolvimento sustentável no País, com participação de mais de 1000 participantes/dia.

Outros eventos revelaram-se igualmente importantes, é o caso da comemoração do Dia Mundial da Água que neste exercício fez com que a agência em parceria a outros órgãos do GDF, mobilizasse diversos segmentos da sociedade para conscientizar e informar dos usos e importância das águas, utilizando como tema central “Água para as cidades”. Uma ação de limpeza e fiscalização, em meados de outubro de 2011, a ADASA flagrou mais de 50 pontos irregulares no local, onde ocorre captação indevida de água, lançamento de esgoto e de águas pluviais. A ação foi parte da Semana Lago Limpo, iniciativa da ADASA com foco em preservação ambiental e cidadania no DF.

Outra importante ação refere-se ao planejamento da agência para o próximo ciclo, neste sentido, a ADASA procurou aprimorar a construção do novo PPA e demais instrumentos orçamentários LOA e LDO 2012. O processo de planejamento das ações da agência constituiu-se na definição de programas, seus objetivos e indicadores de desempenho, da definição da demanda de recursos para atender aos seus objetivos para o período de tempo, relativo ao instrumento, do monitoramento dos resultados, da avaliação e da revisão anual para correção de rumos com vista à ampliação dos resultados.

Com a convicção do esforço empenhado para o alcance dos melhores resultados, submetemos à apreciação do Tribunal de Contas do Distrito Federal a Prestação de Contas Anual da ADASA relativa ao exercício de 2011.

Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides
Diretor Presidente

II. Introdução

Este relatório aborda a atuação da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA, ao exercício de 2011, detalha os procedimentos administrativos empregados no desempenho de suas atividades e destaca os principais resultados e os aspectos técnicos mais relevantes para o cumprimento de sua missão institucional.

Foi elaborado com observância dos Normativos do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF (Resolução 38/90 alterada pela Emenda Regimental nº 24, de 08/07/2008) e do Decreto de nº 32.598/2010 de 15/12/2010 (Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal), o art. 5º da Lei 4007, de 20/08/2007 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008-2011, bem como das Orientações Complementares disponibilizadas nos sites dos respectivos Órgãos de Controle e Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal.

As informações foram levantadas e consolidadas com base em consultas aos Sistemas: i) Integrado de Gerenciamento Governamental (SIGGO), ii) de Acompanhamento Governamental- SAG; iii) além de informações complementares dos Gestores da Agência.

Este relatório foi organizado por títulos, em conformidade com as orientações contidas no documento “Instruções para a Prestação de Contas Anual do Governador – Instrumentos de Planejamento” elaborado pela SEPLAN/DF e procedimentos internos do Núcleo de Planejamento e Programas Especiais – NPE, estruturado por **programas de governo** e dividido em Programas Finalísticos, Programas de Gestão de Políticas Públicas e Programas de Apoio Administrativo.

Os programas estão estruturados por ações, projetos e atividades. O orçamento da ADASA é composto por 8 programas, 22 ações e 36 subtítulos de ação, destes, 17 são classificados como projetos, 17 como atividades e 2 considerados como especiais.

1. Estrutura

A estrutura organizacional da ADASA foi concebida sob a égide dos pressupostos legais que orientam sua missão e competências. É dirigida em regime de colegiado por um Conselho de Diretores, com mandatos não coincidentes de quatro anos, admitida uma recondução consecutiva, sendo um deles o Diretor-Presidente. Atualmente apresenta-se como segue:

I. Deliberação Superior

Diretoria Colegiada – DC composta por um Diretor-Presidente e mais três Diretores.

II. Assistência direta e imediata ao Diretor-Presidente

Gabinete – GAB

III. Assistência à Diretoria-Colegiada

Secretaria Geral – SGE

Serviço Jurídico – JUR

Ouvidoria – OUV

Núcleo de Auditoria Interna – NAI

Núcleo de Atendimento ao Cliente - NAC

Núcleo de Planejamento e Programas Especiais – NPE

Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

Assessorias

IV. Unidades Organizacionais subordinadas aos Diretores

Superintendência de Administração e Finanças - SAF

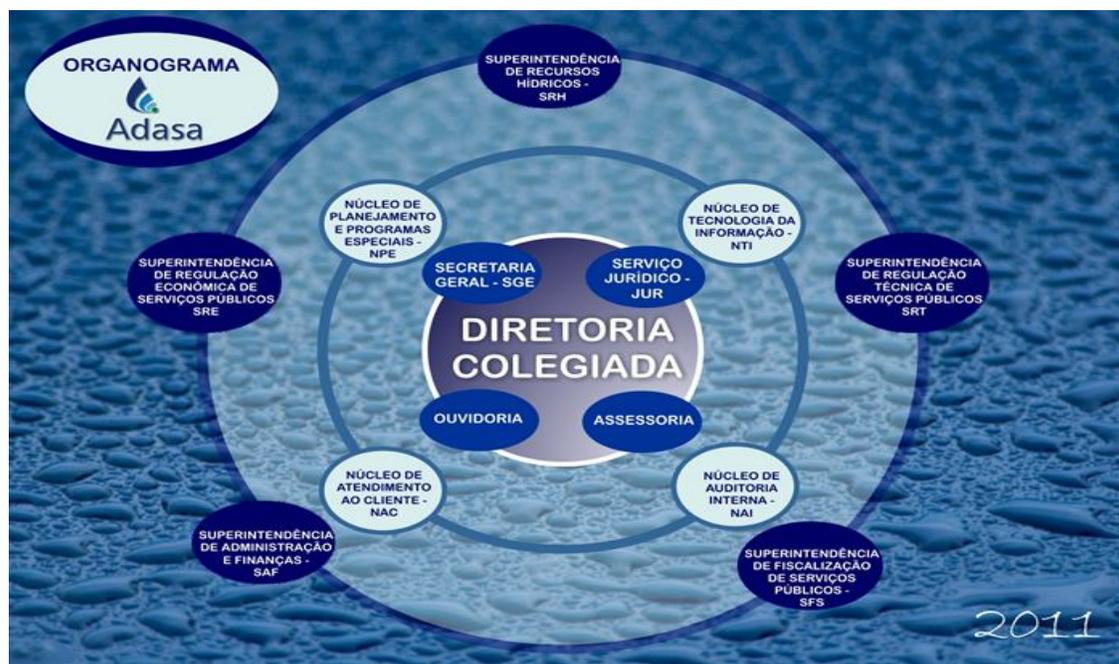
Superintendência de Fiscalização de Serviços Públicos – SFS

Superintendência de Recursos Hídricos – SRH

Superintendência de Regulação Econômica– SRE

Superintendência de Regulação Técnica – SRT

1.1 Organograma



1.2 Identificação

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE		
DENOMINAÇÃO COMPLETA: Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal.		SIGLA: ADASA
CÓDIGO UO: 21206	CÓDIGO UG: 15206	CÓDIGO GESTÃO: 150206
NATUREZA JURÍDICA: AUTARQUIA ESPECIAL – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
ATIVIDADE PRINCIPAL: REGULAÇÃO (AGÊNCIA REGULADORA)		
ENDEREÇO gab@adasa.df.gov.br	ELETRÔNICO:	PÁGINA DA INTERNET: WWW.ADASA.DF.GOV.BR
ENDEREÇO POSTAL: Setor Ferroviário - Parque Ferroviário de Brasília - Estação Rodoferroviária, Sobreloja - Ala Norte CEP: 70631-900 Brasília -DF		CNPJ/MF: 07.007.955.0001-10
TELEFONES/FAX DE CONTATO: 3961-4956/3961-4957	AGENTES DE PLANEJAMENTO: Lucivane M. S. Camargo José Bento da Rocha Claudia Maria Holanda da Silva	

1.3 Competência Institucional

Em 16 de junho de 2004, pela lei nº 3.365, foi criada a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal- ADASA, autarquia em regime especial com personalidade Jurídica de direito público, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Brasília e vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Todavia, a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, reestruturou a Agência, redefiniu a missão, ampliou competências e alterou sua denominação, passando a chamar-se Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal- ADASA. Nos termos da Lei nº 4.285, o regime especial conferido à ADASA é caracterizado, sobretudo, por mandato fixo e não coincidente de seus diretores, independência decisória, diretoria organizada em forma de colegiado, instância administrativa final, salvo nos casos de delegação de competências de outros entes federados e ausência de subordinação hierárquica.

A finalidade básica da ADASA é a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos de competência originária do Distrito Federal, bem como daqueles realizados no âmbito geopolítico ou territorial do Distrito Federal que venham a ser delegados a ela por órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, em decorrência de legislação, convênio ou contrato.

De acordo com a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, são áreas de competência da Agência:

- I – recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água;
- II – saneamento básico, entendido como:
 - a) abastecimento de água potável;
 - b) esgotamento sanitário;
 - c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
 - d) drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
- III – gás canalizado;
- IV – mediante delegação de competência originária federal nas áreas de:
 - a) energia elétrica;
 - b) petróleo e derivados,
 - c) biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes
- V - e outras competências delegadas na forma da lei.

1.4 Missão

Regular os usos das águas e dos serviços públicos do Distrito Federal, com intuito de promover a gestão sustentável dos recursos hídricos e a qualidade dos serviços de energia e saneamento básico, em benefício da sociedade.

1.5 Força de trabalho

A Agência vem organizando sua força de trabalho para atender de maneira mais eficiente e eficaz as atividades de regulação e a fiscalização do setor de águas, saneamento e energia do Distrito Federal. Desde sua criação, há sete anos, a ADASA vem ampliando os conhecimentos e a inteligência de seu quadro técnico de profissionais. O concurso público realizado em 2009 com nomeação até o momento de 120 aprovados, sendo 83 reguladores, 08 advogados e 29 técnicos, embora algumas vagas não tenham sido preenchidas (desistências) e outras tenham sido novamente abertas (exonerações a pedido), proporcionou a criação do quadro efetivo essencial para sustentar as competências estabelecidas.

Durante o ano de 2011 o quadro de servidores efetivos na ADASA manteve-se estável. Mesmo com restrições, principalmente de espaço físico, ocorreram 15 novas nomeações no período. Por outro lado, houve bastante atenção às ações de capacitação dos servidores atuais, como será visto mais adiante na descrição dos investimentos nesta área.

A força de trabalho, representada por todas as pessoas que contribuem para o funcionamento da agência, é formada por 145 colaboradores, sendo 64 cargos efetivos, 43 cargos comissionados, 08 requisitados do GDF, 02 do Governo Federal, 24 estagiários e 04 conveniados.

Tabela 1: Força de trabalho da ADASA em 2011.

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em Comissão	Sem cargo em Comissão	Com cargo em Comissão	Sem cargo em Comissão	
Quadro Efetivo	0	21	1	42	64
Requisitados	Órgãos do GDF	08	0	0	08
	Órgãos do Governo Federal	1	0	1	0
Servidores comissionados sem vínculo efetivo	26	0	17	0	43
Conveniados	0	4	0	0	4
Estagiários		16	0	8	24
Subtotal (Força de trabalho)	35	41	19	50	145
(+) cedidos para outros órgãos	0	0	0	0	0
Total Geral	35	41	19	50	145

Fonte: SAF

1.6 Planejamento

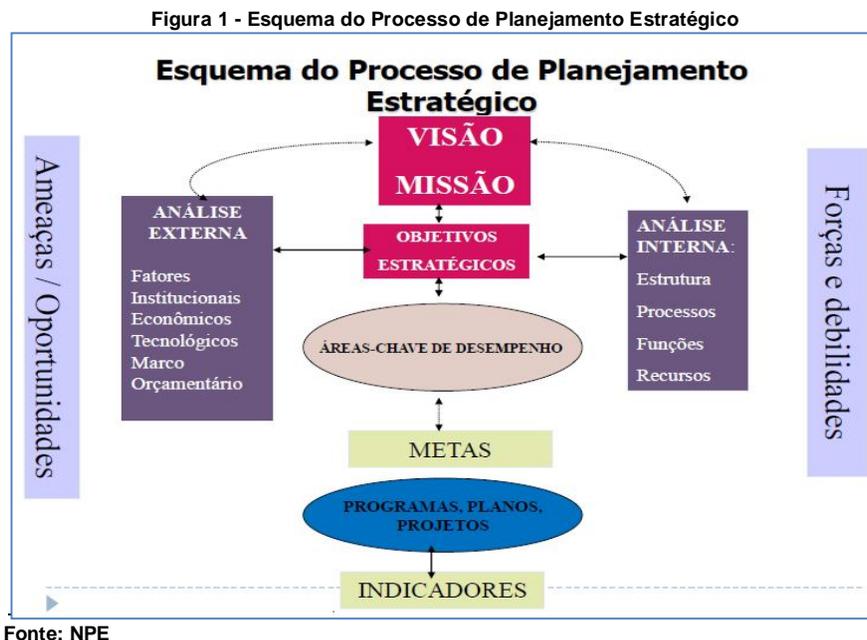
I. Modelo

A atividade de planejamento institucional da ADASA utiliza instrumentos estratégicos de gestão, estruturados para orientar as ações e decisões de curto, médio e longo prazos da Agência. Cada um deles possui temporariedade diferente, mas devidamente alinhados nos seus meios e fins. Assim sendo e, por suas características estratégicas, estão sintonizados com as mudanças dos cenários sócio econômicas, políticas e técnicas das variáveis do ambiente de negócio da Agência, subsidiando os

dirigentes e gestores para efetuar as adaptações exigíveis nas ações e decisões para as diversas situações urgentes.

Dentre os estudos de planejamento, o principal é o de **caráter estratégico**, visto contemplar maiores horizontes com identificação de possíveis alternativas de cenários de ambientes. Normalmente prospecta períodos de cinco a dez anos e direciona os demais estudos, ações e decisões da Diretoria Colegiada da Agência.

A ilustração gráfica demonstra o modelo do processo de planejamento estratégico organizado pela a ADASA:



Outro instrumento é o planejamento **corporativo** que é adotado pela maioria das grandes organizações públicas e privadas, estabelecido para o período que vai de um a três anos. Neste são priorizadas as metas e indicadores anuais, todos, portanto, como insumos importantes na definição de planos de ação, de curto e médio prazos.

Estes dois instrumentos são apoiados pelo sistema de gerenciamento de projetos, ferramenta computacional que permite monitorar as ações e projetos de curto prazo, haja vista que, tanto o estratégico como o corporativo são desenvolvidos dentro do horizonte anual, devidamente alinhados aos planejamentos governamentais: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Importante ressaltar que os planejamentos das prestadoras de serviços reguladas ou fiscalizadas pela ADASA também são considerados nos estudos e prospecção de cenários do plano maior da Agência.

A ADASA utiliza também os instrumentos orçamentários governamentais como metodologia de planejamento, quais sejam: O Plano Plurianual (PPA) de médio prazo, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, compatível com o Plano Plurianual, que contempla as metas e prioridades da administração pública do Distrito Federal, Lei Orçamentária Anual - LOA, compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

II. Realizações 2011

A coordenação e elaboração de planos de médio e longo prazo e sua respectiva gestão para resultados, realizadas por intermédio do Núcleo de Planejamento e Programas Especiais-NPE, visa garantir

a convergência das ações próprias da Agência às ações do Governo do Distrito Federal, com definição de prioridades e promoção do desenvolvimento sustentável do DF.

Com o apoio do NPE, a ADASA monitorou 32 projetos programados para ocorrer entre janeiro de 2010 e março de 2011, através de reuniões periódicas de acompanhamento.

Cabe ainda ao Núcleo identificar, acompanhar e analisar os investimentos estratégicos e coordenar as atividades de cooperação técnica no âmbito da Agência no que se relaciona ao planejamento, ao acompanhamento e a avaliação destes projetos. O NPE é responsável também pelo gerenciamento (gestão e execução) do projeto de cooperação técnica 914BRZ2016 firmado entre a ADASA e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO que tem os objetivos e resultados previstos, descritos no item 4.2.

Durante o exercício de 2011 o Núcleo focou na construção do Planejamento Operacional da Agência, junto às unidades setoriais da ADASA. Este plano operacional balizou a elaboração da proposta do PPA referente ao período 2012-2015 e do projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA referente ao exercício de 2012.

Para o período de 2012-2015 houve uma mudança significativa na metodologia de construção do Plano Plurianual, originando uma visão à luz da estratégia, a partir da construção de Objetivos Estratégicos, refletindo-os nos Programas Temáticos e evidenciando as dimensões – Estratégica, Tática e Operacional. O Núcleo de Planejamento e Programas Especiais trabalhou ativamente e intensamente na elaboração deste novo PPA e está se preparando para assumir um monitoramento contínuo e criterioso da execução do que foi planejado utilizando a metodologia intitulada de Gestão Estratégica Orientada a Resultados - GEOR.

Quanto ao Planejamento Estratégico propriamente dito, foi autuado processo de nº 197000285/2011 para contratação de consultoria especializada, para elaboração do mesmo, ora em andamento no processo licitatório.

2. Programas Finalísticos

2.1. Programa – 0450 – Água é Vida – Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento

O Programa Água é Vida - **Gestão dos Recursos Hídricos e do Saneamento do Distrito Federal** foi idealizado visando ao monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do Distrito Federal, e tem como instrumentos de gestão a outorga de direito de uso dos recursos hídricos; a fiscalização do uso dos recursos hídricos; o monitoramento dos recursos hídricos; e a regulamentação técnica do uso dos recursos hídricos.

De uma forma geral, o aspecto positivo mais significativo gerado pelo Programa Água é Vida, com a aplicação eficiente das ferramentas citadas é: a contribuição para a formação e desenvolvimento da consciência individual e coletiva de preservação ambiental, que se expressa, no plano de boas praticas, pela racionalização do uso dos recursos hídricos, defendendo que seu uso deva garantir o atendimento às necessidades das gerações atuais e futuras.

I. Objetivo

Proteger os recursos hídricos e regular os serviços de saneamento básico, com vistas a melhorar a qualidade de vida da população do Distrito Federal.

II. Indicadores de Desempenho

A utilização de indicadores de desempenho para aferir os resultados alcançados pelos administradores é uma metodologia que está relacionada ao conceito de gerenciamento voltado para

resultados (*Results Oriented Management – ROM*). Esse conceito tem sido adotado nas administrações públicas de diversos países, especialmente nos de cultura anglo-saxônica (EUA, Austrália, Reino Unido).

Um indicador de desempenho é um número, percentagem ou razão que mede um aspecto do desempenho, com o objetivo de comparar esta medida com metas preestabelecidas¹.

Neste subitem “Indicadores de Desempenho” são apresentadas as produtividades do conjunto de ações do programa “Água é Vida” pela ADASA, bem como apurada a avaliação global, onde fica evidenciado o grau de eficiência na aplicação dos recursos públicos pela ADASA, neste ciclo, em especial no exercício de 2011.

O Indicador do Programa “Água é Vida” é o Índice de Monitoramento de Águas Superficiais e Subterrâneas do DF I-MASS, pontuado na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Índice de Monitoramento de Águas Superficiais e Subterrâneas do DF I-MASS

Indicador	Unidade de Medida	Índice mais recente	Origem da Informação	Periodicidade de Apuração	Apurado em: mm/aa	Apurado em 2008	Apurado em 2009	Apurado em 2010	Desejado em 2011	Apurado em 2011
I-MASS - índice de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas do DF	%	0	ADASA	ANUAL	12/2011	8%	26%	61%	100%	93,44

Fonte: NPE; Legenda: UM: Unidade de Medida.

O IMASS foi desenhado com a composição de índices baseados em metas físicas para o período, como segue:

Tabela 3 – Cesta de Formulação do Indicador

Meta Física (1)		Programada					Executada				A realizar
		2008(I)	2008(II)	2009	2010	2011	2008	2009	2010	2011	
%	Desenvolvimento e implantação do Sistema Integrado de Gestão Corporativa	63%	50%	78%	89%	100%	50%	58%	68%	100%	-
%	Regulamentação técnica dos usos dos Recursos Hídricos do DF	123	42	165	165	165	10%	20%	75%	79%	21%
%	Implantação, operação e manutenção do Sistema de Informações dos Recursos Hídricos (SIRH)	123	42	165	165	165	25%	80%	90%	100%	-
%	Operação e manutenção do Sistema de Informações dos Recursos Hídricos (SIRH)	25%	25%	50%	75%	100%	42	42	42	139	26
%	Implantação da rede de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do DF	30%	10%	60%	90%	100%	42	42	42	139	26
Nº de outorgas	Regularização dos usos dos Recursos Hídricos do DF	1.800	1.800	3.600	4.800	6.000	1800	3695	6184	8627	-
Nº de fiscalizações realizadas	Fiscalização dos usos dos Recursos Hídricos do DF	1.800	1.800	3.600	4.800	6.000	1800	8454	9543	12156	-
Nº de bacias atendidas	Estruturação da Gestão Participativa por bacia hidrográfica	2	2	4	6	7	2	3	3 (2)	3 (2)	-

Fonte: NPE ; As metas físicas referem-se ao mapeamento do PPA para o período 2008-2011; O resultado deve-se ao processo de fusão dos 07 comitês estruturados até 2010 em 03 comitês; (I) - Programado 2008; (II) - Reprogramado em julho de 2008.

Fórmula de Cálculo do Índice: Base na média aritmética do resultado percentual apurado em relação aos componentes relacionados.

Análise do Resultado Alcançado: A apuração da média aritmética do alcance dos índices relativos as metas físicas do programa representa 93,44% do resultado previsto do indicador para o período do atual PPA. Apenas 03 dos 08 índices apresentam metas a realizar e em número percentual pouco significativo, abaixo dos 20% da meta original programada, porém responsável pelos seis pontos percentuais que prejudicaram o resultado global esperado.

III. Execução Orçamentária e Financeira

Tabela 4 – Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Executado	Liquidado	Etapas SAG
1694 - Implantação da Rede de Monitoramento das Águas Superficiais e Subterrâneas do Distrito Federal.					
21206/0004 - Implantação da Rede de Monitoramento das Águas Superficiais e Subterrâneas do Df – Odm.	0,00	2.749.406,00	308.000,00	0,00	0023
28204/0003 - Implantação da Rede de Monitoramento das Águas Superficiais e Subterrâneas do Df – Odm.	2.749.406,00	0,00	0,00	0,00	0016
2837 - Gerenciamento de Recursos Hídricos.					
21206/9212 - Regulação dos Usos das Águas.	0,00	2.213.798,74	873.961,20	873.961,20	0024
28204/9211 - Regulação dos Usos das Águas.	1.800.000,00	249.369,00	249.368,57	249.368,57	0011
4056 - Gerenciamento dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Distrito Federal.					
21206/0005 - Gerenciamento dos Serviços Públicos de Saneamento Básico – ODM.	0,00	3.361.930,00	1.369.169,45	1.367.011,65	0025
28204/0004 - Gerenciamento dos Serviços Públicos de Saneamento Básico – ODM.	3.175.000,00	713.070,00	644.836,61	644.836,61	0010
Total	7.724.406,00	9.287.573,74	3.445.335,83	3.135.178,03	

Fonte: SIGGO

IV. Ação 1694 - Implantação da Rede de Monitoramento das Águas Superficiais e Subterrâneas do Distrito Federal

i) Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade

Finalidade: Dispor de dados e informações hidrometeorológicas para o gerenciamento do uso do recurso hídrico, pesquisa, contingenciamento, planejamento operacional de empreendimentos, projetos e fiscalização de aproveitamentos hídricos.

Descrição: Dados quantitativos e qualitativos dos principais cursos d'água do Distrito Federal e da distribuição e quantidade de chuva precipitada em todo território do DF.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Superintendência de Recursos Hídricos – SRH

Coordenador da Ação: Diógenes Mortari

Unidades Executoras: Coordenação de Monitoramento, conforme ordem de serviço nº 001 /SRH, de 10 de fevereiro de 2011.

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: art. 6º inciso I da Lei 4.285/2008

Público-alvo: Governo e população do DF.

ii) Execução Física – Acompanhamento da Meta

Tabela 5: Meta Física (1)

Meta Física (1)	Programada				Executada				A realizar
	2008	2009	2010	2011	2008	2009	2010	2011	
Nº Estações Implantadas	123	165	165	165	44	86	91	139	26

Fonte: SRH

(1) As metas físicas referem-se ao número de estações da rede de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas implantadas.

Tabela 6: Meta Física (2)

Meta Física (2)	Programada				Executada				A realizar
	2008	2009	2010	2011	2008	2009	2010	2011	
165 Estações Operadas e Mantidas	123	165	165	165	44	86	91	139	26

Fonte: SRH

(2) As metas físicas referem-se ao número de estações da rede de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas operadas e mantidas.

Em função de problemas diversos em processos licitatórios, a conclusão da instalação das demais estações encontra-se atrasada, entretanto, a rede de monitoramento do DF já é considerada a mais densa do país.

Os valores das metas executadas foram detalhadamente avaliados para os 4 (quatro) anos anteriores, sendo identificadas algumas falhas nos relatórios de 2008, 2009 e 2010. Isto porque à época não foram consideradas as duas estações exclusivamente pluviométricas e as estações de qualidade de água como componentes da Rede Hidrometeorológica do DF. Assim sendo, os valores foram corrigidos e incorporados neste que é o relatório final do ciclo 2008-2011.

iii) Principais Resultados

A Rede de Monitoramento Superficial é formada por estações distribuídas por todas as sete principais bacias hidrográficas do Distrito Federal e tem por objetivo levantar dados pluviométricos e fluviométricos (rede quantitativa) e de qualidade da água (rede qualitativa) para possibilitar o conhecimento das características dos corpos hídricos do DF e dos regimes de chuvas no território, com suas distribuições no espaço e no tempo.

Os dados levantados pela rede são utilizados pelo corpo técnico da ADASA como norteadores de ações de fiscalização, outorga e gestão. Também são utilizados por outros órgãos de Governo, na área de planejamento, infra-estrutura, preservação do meio ambiente e gestão dos recursos hídricos e pelo setor privado, na área de cálculo de projetos e diversas atividades econômicas que utilizam a água direta ou indiretamente.

A Rede de Monitoramento Subterrânea está sendo constituída por pares de poço tubulares profundos (150m) e rasos (30m) que contemplam todos os sistemas e sub-sistemas dos domínios poroso e fraturado existentes no território do Distrito Federal.

As estações da rede de monitoramento, instaladas em caráter permanente para gerar dados que permitem conhecer as características dos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) do DF, estão sob responsabilidade da ADASA, e são operadas com apoio de empresas contratadas de acordo com projetos básicos específicos, contemplando atividades que vão desde a coleta de dados brutos, em campo, até a sua disponibilização.

Na tabela a seguir é demonstrado o quantitativo de estações de monitoramento hidrológico, sob a responsabilidade da ADASA em dezembro de 2011:

Tabela 7: Quantitativo de Estações de Monitoramento Hidrológico

TIPO DE MONITORAMENTO	Local	TIPOS DE ESTAÇÕES					TIPOS EQUIPAMENTOS				
		P	FD	PFD	Q	PZ	PM	PR	FR	PTP	PTR
Monitoramento Superficial	Rio Preto	2	9	6	15	-	8	15	15	-	-
	Maranhão	0	5	3	8	-	3	8	8	-	-
	São Bartolomeu	0	1	7	8	-	7	8	8	-	-
	Rio Paranoá	0	0	3	8	-	3	3	3	-	-
	Rio Descoberto	0	2	3	5	-	3	5	5	-	-
	São Marcos	0	0	1	1	-	1	1	1	-	-
	Corumbá	0	2	0	2	-	-	2	2	-	-
Montante e Jusante de ETE	-	-	-	22	-	-	-	-	-	-	
Monitoramento Subterrâneo	Todo Distrito Federal	-	-	-	-	26	-	-	-	13	13
TOTAL POR ESTAÇÃO		2	19	23	69	26	25	42	42	13	13
TOTAL		139					135				

Fonte: SRH

P – Pluviométrica

FD - Fluviométrica com medição de descarga

PFD – Pluviométrica e Fluviométrica com medição de descarga

Q - Qualidade de água

PZ – Piezométrica

PM - Pluviômetro

PR - Pluviógrafo

FR - Fluviógrafo

PTP – Poço Tubular Profundo

PTR – Poço Tubular Raso

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

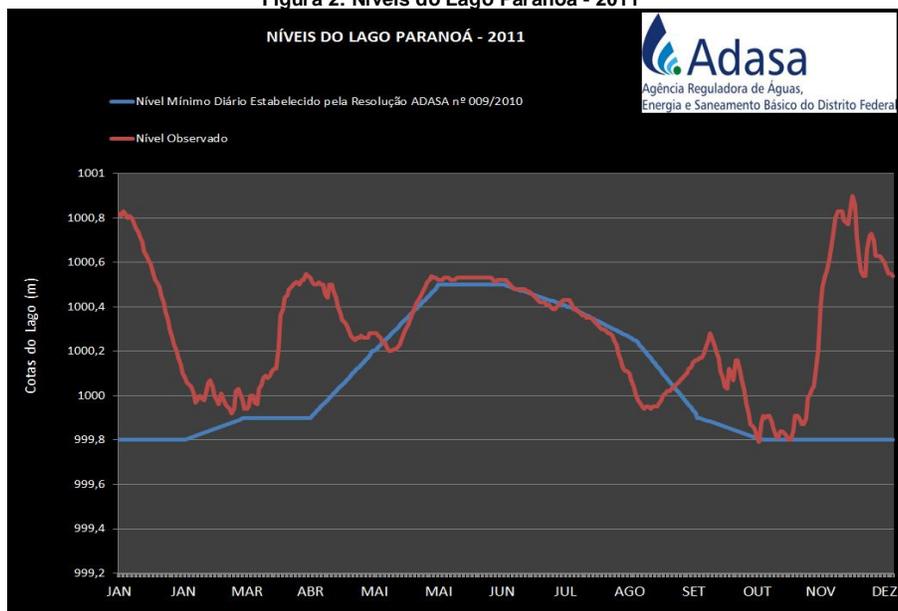
Com apoio das empresas contratadas, as estações da rede quantitativa foram visitadas mensalmente para obtenção de dados de vazão, nível e pluviosidade, enquanto as estações da rede qualitativa foram visitadas trimestralmente para coleta de material para análise de 25 (vinte e cinco) parâmetros físico-químicos e biológicos, tais como: alcalinidade, condutividade, oxigênio dissolvido, pH, temperatura, demanda bioquímica de oxigênio, sólidos, série nitrogenada, fósforo, etc. Na rede quantitativa, apesar da visita ser mensal, os valores de nível e chuva podem ser registrados em *data logger* com a periodicidade de hora em hora, além das leituras diárias realizadas por um “observador” contratado.

As estações localizadas a montante e jusante de estações de tratamento de esgoto (ETE's), tem suas águas analisadas quadrimestralmente. Nas estações subterrâneas, o nível será registrado por um sensor em intervalos de tempo a ser determinado, já a qualidade será avaliada, a princípio, semestralmente.

Em 2012 pretende-se inaugurar um Centro de Operações das Águas, que será composto por uma sala com uma série de informações disponíveis em monitores, e que funcionará como centro de monitoramento da Rede Hidrometeorológica e fornecerá informações confiáveis e em tempo hábil para a tomada de decisões da Diretoria da Agência e em última instância do Governo para medidas preventivas ou em situações de crise.

Além do monitoramento realizado nos cursos d'água do Distrito Federal, outra importante ação da Coordenação de Monitoramento da ADASA foi o lançamento das Resoluções nº09 de 21 de dezembro de 2010 e nº 16 de 23 de dezembro de 2011, que tratam do estabelecimento dos níveis altimétricos das águas do Lago Paranoá a serem mantidos nos anos de 2011 e 2012 respectivamente. O controle dos níveis do Lago Paranoá é de fundamental importância para a garantia dos usos múltiplos deste que é o principal atrativo hídrico do Distrito Federal. Abaixo a figura mostra o acompanhamento realizado no ano de 2011:

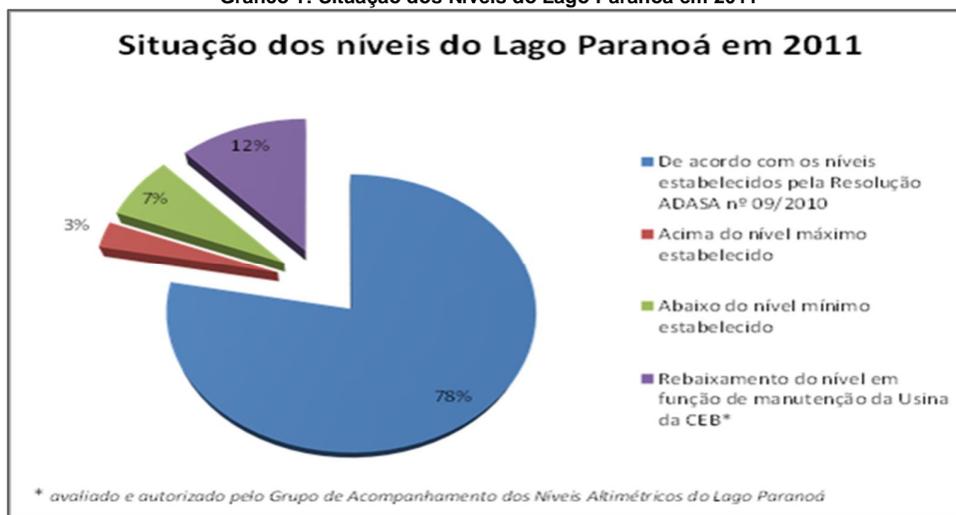
Figura 2: Níveis do Lago Paranoá - 2011



Fonte: SRH

O gráfico abaixo demonstra a importância deste acompanhamento e mostra que na maior parte do tempo os níveis do Lago foram mantidos dentro dos limites estabelecidos pela Resolução nº 09/2010:

Gráfico 1: Situação dos Níveis do Lago Paranoá em 2011



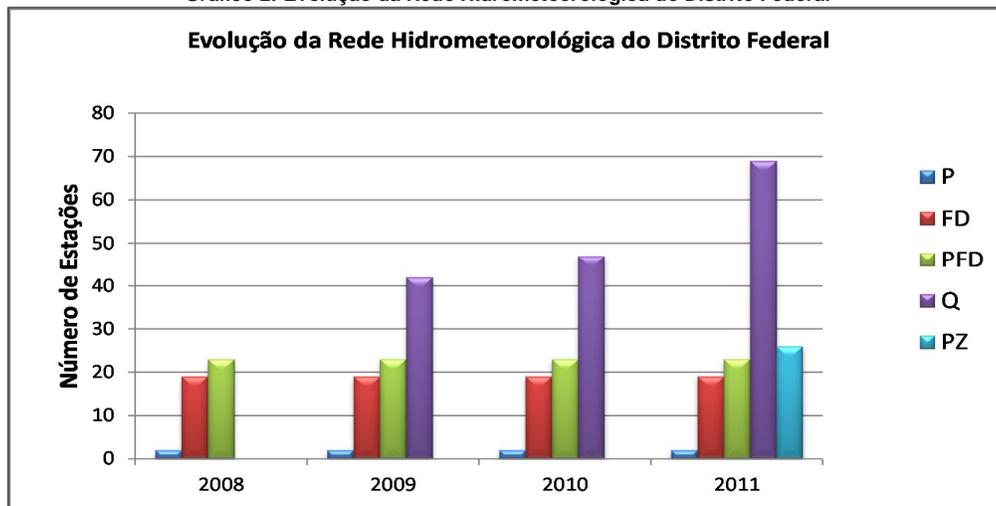
Fonte: SRH

iv) Dados Estatísticos – Evolução histórica do período 2008-2011

Pode-se notar, no decorrer dos anos de 2008 a 2011 que o maior incremento está relacionado a estações de monitoramento da qualidade das águas. Em 2008 foi implantada a rede de monitoramento superficial capaz de fornecer dados de vazão, nível e chuva em 44 (quarenta e quatro) pontos distribuídos no território do DF. Em 2009, estações de qualidade da água foram implantadas nos mesmos locais da rede de monitoramento superficial, possibilitando a análise conjunta de dados quantitativos e qualitativos, fundamental para o entendimento global do comportamento dos corpos hídricos. Em 2010, os quatro tributários formadores do Lago Paranoá, assim como sua Barragem, foram incorporados à rede qualitativa, por se tratar de um corpo d'água de usos múltiplos e de extrema importância para a população do Distrito Federal. Em 2011, estações localizadas à montante e jusante de estações de tratamento de esgoto também

foram incorporadas à rede de qualidade, uma vez que é imprescindível para um órgão gestor de recursos hídricos e regulador de serviços públicos dispor de ferramentas para identificar do impacto gerado pelo lançamento de esgotos tratados. Também em 2011 teve início a implantação da rede de monitoramento subterrânea, prevista para ser concluída no primeiro semestre de 2012.

Gráfico 2: Evolução da Rede Hidrometeorológica do Distrito Federal



Fonte: SRH

P – Pluviométrica; FD - Fluviométrica com medição de descarga; PFD – Pluviométrica e Fluviométrica com medição de descarga; Q - Qualidade de água; PZ – Piezométrica.

v) Contratações e Parcerias

No exercício foram realizadas contratações fundamentais para a ação de implantação, operação e manutenção da rede de monitoramento administrada pela ADASA. São elas:

Tabela 8: Contratações e parcerias

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADO
001/2009	Serviços laboratoriais de análise da qualidade das águas	Conágua Ambiental Ltda
015/2011	Serviços laboratoriais de análise da qualidade das águas	Aqualit Tecnologia em Saneamento Ambiental S/S Ltda
012/2009	Operação e manutenção da rede hidrometeorológica do Distrito Federal	JCTM Comércio e Tecnologia Ltda
006/2011	Perfuração de poços tubulares para a rede de monitoramento subterrânea	GeoBrasil Serviços Ambientais Ltda

Fonte: SRH

Obs.: “A rede de monitoramento do Distrito Federal, fruto do Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal, Contrato de Empréstimo N° 1288/OC-BR, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, conta com 44 estações hidrológicas, distribuídas nas sete bacias hidrográficas do DF.”

V. Ação 2837 - Gerenciamento de Recursos Hídricos

i) Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade

Finalidade: Gerenciar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso a este recurso.

Descrição: Formulação de ferramentas específicas para a gestão integrada de recursos hídricos, bem como o apoio aos comitês de bacia na elaboração de estudos para a gestão compartilhada, proposição de marcos regulatórios, regularização e fiscalização dos usos de recursos hídricos.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Superintendência de Recursos Hídricos – SRH

Coordenador da Ação: Diógenes Mortari.

Unidades Executoras: Coordenações de Outorga, Regulação e Fiscalização (referendadas na OS nº 001 /SRH, de 10 de fevereiro de 2011).

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: art. 8 e 9 da Lei 4285/2008 e art. 26 do Regimento Interno da ADASA.

Público-alvo: Governo e população do DF.

ii) Principais Resultados

Com vistas ao Gerenciamento de Recursos Hídricos e Gestão Integrada das Águas Subterrâneas e Superficiais, dentre outras, destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas pela ADASA em 2011, contempladas no Programa Água é Vida:

(i) Racionalização e eficiência do uso de Recursos Hídricos

Outro programa desenvolvido pela ADASA, através da SRH é o Programa ADASA nas Escolas.

O programa foi lançado nas comemorações do Dia Mundial da Água em 2010, com objetivo de promover e implantar a Educação Ambiental Hídrica, visando chamar a atenção da população para a conservação do bem natural mais importante da humanidade – ÁGUA e é desenvolvido junto às redes pública e privada do Distrito Federal, Ensino Infantil (3ª e 4ª séries), fortalecendo a missão institucional desta agência de regular os usos das águas e dos serviços públicos desse ente federado.

As metas do Programa são orientar, os alunos com palestras educativas, bem como capacitar diretores, professores, coordenadores, tornando-os agentes multiplicadores da visão do Uso Racional de Recursos Hídricos – USO CONSCIENTE, BENEFÍCIO PERMANENTE com metodologia específica, utilizando estratégia didático-pedagógica. O material didático básico do projeto é constituído por cartilhas – Guardião da Água, CD's educativos (Lagoas e Cachoeiras) e brindes diversos.

Durante este ano de 2011 foram visitadas 45 escolas e com a participação do total de 5.440 alunos. Em decorrência da comemoração do Dia Mundial da Água, 22 de março, foi realizada dentro deste contexto de educação ambiental o 1º Concurso de Redação, cujo tema foi: “O Futuro das Águas”, com a participação de 14 escolas da rede pública e tendo o envolvimento de aproximadamente 500 alunos.

Foi realizada também a I Gincana das Águas, com 14 equipes e cada uma representando a sua Diretoria Regional de Ensino – DRE, no Parque da Cidade juntamente com a Caminhada & Corrida das Águas, que contou com aproximadamente 1.000 inscritos.

(ii) Regularização dos usos dos Recursos Hídricos

Possibilita a regularização dos usos de recursos hídricos tendo como processos associados o cadastramento dos usuários e o controle das outorgas. As derivações, captações, explorações, lançamentos e acumulações considerados insignificantes são objeto de prévio Registro, para fins de cadastro e poderá ser revisto a qualquer tempo, podendo a critério da ADASA ser submetido ao processo de outorga.

A outorga é um dos instrumentos de gestão de recursos hídricos e é utilizado com o objetivo de gerenciar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, bem como o efetivo exercício dos direitos de acesso a ela. É o instrumento adotado para indicar o nível de regularização dos usos dos recursos hídricos no DF.

Para este ano foi estabelecida a meta de emissão de 1.000 outorgas de direito de uso de recursos hídricos. Até o final do mês de dezembro do ano de 2011, foram emitidas 2.534 outorgas, o que ultrapassa em muito o valor estabelecido como meta no início do ano, principalmente quando se leva em consideração que o número de servidores do Setor de Outorgas foi reduzido. Como pode ser observado no gráfico, em alguns meses existiram picos na emissão de outorgas, que se devem a campanhas de

cadastro de novos usuários e emissão de outorgas para caminhões-pipa, que em determinados períodos do ano (seca) apresentam junto à ADASA uma grande demanda por outorgas.

Figura 3: Outorgas Emitidas em Relação à Meta/2011



Fonte:SRH

A seguir é apresentado gráfico com quantitativo dos atos emitidos mês a mês até dezembro de 2011.

Gráfico 3: Outorgas 2011



Fonte: SRH

A outorga do direito de uso dos recursos hídricos é aplicada em captações subterrâneas, captações superficiais, lançamento de efluentes, lançamentos de águas pluviais, implementação de barragens, implementação e captação por meio de canais e também para captações por caminhões-pipa. Para o uso de água superficial e subterrâneo é emitida pelo prazo de até 25 (vinte e cinco) anos à concessionária de serviço público de saneamento básico, e pelo prazo de até 10 (dez) anos a todos os demais usuários, renováveis, a critério da ADASA.

(iii) Série Histórica comportamento concessão de outorgas no período 2005 – 2011

A outorga não implica a alienação das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de usá-la. Esta condicionada às prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá preservar o uso múltiplo das águas.

A ADASA, por intermédio da SRH, desde maio de 2005, já emitiu 8.627 outorgas do direito de uso de recursos hídricos.

Gráfico 4: Outorgas por Ano



Fonte: SRH

(iv) Regulação técnica do uso dos recursos hídricos

Meio pelo qual se estabelecem os requisitos de cumprimento compulsório relacionados ao uso dos recursos hídricos. Estabelece requisitos técnicos, seja diretamente, seja pela referência ou incorporação do conteúdo de uma norma, de uma especificação técnica ou um código de prática. Para o período foram planejadas e executadas as seguintes propostas de regulamentação técnica para uso dos recursos hídricos no DF:

Tabela 9: Posição de regulamentação técnica

Proposta de regulamentação	Objeto	Situação atual	% realização
Outorga do direito de uso dos recursos hídricos por meio de canais em corpos de água de domínio do Distrito Federal e daqueles delegados pela União	Estabelecer diretrizes e critérios para requerimento e obtenção de outorga para canais	Fase de divulgação e implantação. Resolução 01/2010 publicada e divulgada	100
Disponibilidade Hídrica na Bacia do Ribeirão Pipiripau	Estabelecer regras de uso de recursos hídricos na Bacia do Ribeirão Pipiripau	Fase de divulgação e implantação. Resolução 08/2010 publicada e divulgada	100
Disponibilidade Hídrica dos aquíferos subterrâneos no território do Distrito Federal	Definir as disponibilidades hídricas dos aquíferos subterrâneos do Distrito Federal.	Resolução 01/2011 publicada e divulgada	100
Níveis altimétricos mínimos do Lago Paranoá	Estabelecer os níveis mínimos da água a serem mantidos no Lago Paranoá visando a garantir os usos múltiplos dos recursos hídricos	Fase de divulgação e implantação. Resolução nº 09/2010 de 21/12/2010	100
Disponibilidade hídrica dos aquíferos subterrâneos do Lago Sul	Estabelecer as diretrizes para concessão de outorgas de águas subterrâneas no Lago Sul	Resolução 02/2011 publicada e divulgada	100
Disponibilidade hídrica dos aquíferos subterrâneos da Península Norte	Estabelecer as diretrizes para concessão de outorgas de águas subterrâneas da Península Norte	Resolução 03/2011 publicada e divulgada	100
Disponibilidade hídrica dos aquíferos subterrâneos do Park Way	Estabelecer as diretrizes para concessão de outorgas de águas subterrâneas do Park Way	Resolução 04/2011 publicada e divulgada	100
Disponibilidade hídrica dos aquíferos subterrâneos do Núcleo Rural Casa Grande e Gama	Estabelecer as diretrizes para concessão de outorgas de águas subterrâneas do Núcleo Rural Casa Grande e Gama	Resolução 05/2011 publicada e divulgada	100

Continuação da Tabela 9

Proposta de regulamentação	Objeto	Situação atual	% realização
Disponibilidade hídrica dos aquíferos subterrâneos do Núcleo Rural Lago Oeste	Estabelecer as diretrizes para concessão de outorgas de águas subterrâneas do Núcleo Rural Lago Oeste	Resolução 06/2011 publicada e divulgada	100
Critérios de outorga para lançamento de águas pluviais	Estabelecer critérios para concessão de outorgas de direito de lançamento de águas pluviais em corpos hídricos de domínio do Distrito Federal e naqueles delegados pela União e Estados.	Resolução 09/2011 publicada e divulgada	100
Critérios de registro e outorga para barragens	Estabelecer os procedimentos gerais para requerimento e obtenção de registro e outorga para implantação e regularização de barragens em corpos de água de domínio do Distrito Federal e outros delegados pela União	Resolução 10/2011 publicada e divulgada	100
Critérios técnicos para fins de lançamento de efluentes	Estabelecer os critérios técnicos para emissão de outorga para fins de lançamento de efluentes em corpos hídricos de domínio do Distrito Federal e naqueles delegados pela União.	Resolução 13/2011 publicada e divulgada	100
Cobrança TFU	Dispor sobre a cobrança da Taxa de Fiscalização dos usos dos Recursos Hídricos – TFU.	fase de diagnóstico	40
Revisão da Resolução ADASA nº 163*	Estabelecer os procedimentos gerais para a fiscalização, apuração de infrações e aplicação de penalidades pelo uso irregular dos recursos hídricos em corpos de água de domínio do Distrito Federal e outros.	fase de elaboração	40
Revisão da Resolução ADASA nº 350**	Estabelecer os procedimentos gerais para requerimento e obtenção de outorga do direito de uso dos recursos hídricos em corpos de água de domínio do Distrito Federal e em corpos de água delegados pela União e Estados.	fase de diagnóstico	40
Revisão da Instrução Normativa nº 02	Estabelecer valores de referência para outorga de uso dos recursos hídricos em corpos de água de domínio do Distrito Federal	diagnóstico realizado	30
Revisão do PGIRH***	Instrumento de planejamento dinâmico, numa visão de longo prazo, definido em cenários, de forma a permitir uma gestão compartilhada do uso integrado dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos	fase de elaboração	70
Construção de poços****	Estabelecer critérios para projetos, construção e manutenção de poços tubulares e manuais outorgados pela ADASA	Fase de iniciativa/diagnóstico	10
PERCENTUAL TOTAL DE REALIZAÇÃO			79,4

Fonte: SRH

* Resolução nº 163: encontra-se em fase de discussão técnica com os componentes da equipe de fiscalização. Novos procedimentos foram revistos para atender a atual condição da área.

** Resolução nº 350: encontra-se igualmente em fase de discussão técnica com os componentes da equipe de outorga.

*** Revisão do PGIRH: foi contratada empresa para realizar a revisão e atualização do plano. São 05 (cinco) produtos dos quais 03 (três) já foram entregues.

****Item a ser retirado devido à legislação específica da ABNT que versa sobre construção de poços tubulares.

(v) Fiscalização dos usos dos recursos hídricos do DF

Monitoramento quali-quantitativo e fiscalização dos usos dos recursos hídricos por meio de vistorias técnicas em bacias hidrográficas e pelo atendimento a denúncias. Visa promover a regularização e o uso múltiplo das águas, um dos fundamentos da Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal. Seu objetivo primordial é a orientação do usuário, prevenindo condutas ilícitas, mas também apresenta caráter repressivo, com a adoção de sanções previstas na legislação.

No ano de 2011, a equipe de fiscalização da Superintendência de Recursos Hídricos da ADASA realizou inúmeras ações de fiscalização do uso de recursos hídricos nas bacias hidrográficas do Distrito Federal, a fim de garantir a sustentabilidade de tais recursos, coibindo condutas irregulares.

A seguir estão apresentados, por meio de gráficos, os dados referentes às ações fiscalizatórias realizadas pela Superintendência de Recursos Hídricos da ADASA no ano de 2011.

a) Atos de Fiscalização – Total: 2613

Tabela 10: Atos de Fiscalização - 2011

	Relatório de Vistoria	Termo de Notificação	Termo de Vistoria	Auto de Infração Advertência/ Multa/ Embargo	Termos de Responsabilidade Obturação/ Lacração de poços	Atos de fiscalização emitidos pelo TAC – VICENTE PIRES
Total	251	832	76	120	29	1310

Fonte: SRH

Gráfico 5: Atos de Fiscalização – 2011



Fonte: SRH

b) Atividade de atendimento técnico

Foram realizados 3217 atendimentos a usuários de recursos hídricos, conforme o gráfico abaixo.

Dados Estatísticos – Evolução histórica do período 2009-2011

Gráfico 6: Atos de Fiscalização



Fonte: SRH

(vi) Outras ações relativas ao Gerenciamento de Recursos Hídricos:

a) Campanha “Lago Limpo”

Figura 4: Foto de Residência Fiscalizada



Fonte: SRH

A ADASA, através da equipe de fiscalização da Superintendência de Recursos Hídricos, realizou nos dias 19, 20 e 21 de outubro uma ação de fiscalização nas propriedades situadas às margens do Lago Paranoá, objetivando a identificação de usos irregulares do Lago. Na ocasião foram identificados lançamentos e captações não outorgados, além de outras irregulares que interferem quali-quantitativamente nas águas deste corpo hídrico.

Participaram desta campanha de fiscalização os técnicos da Superintendência de Recursos Hídricos – SRH/ADASA e da Superintendência de Fiscalização de Serviços Públicos – SFS/ADASA. A ADASA contou também com o fundamental apoio da Marinha do Brasil, do Batalhão Ambiental da Polícia Militar (Batalhão Lacustre) e da Delegacia do Meio Ambiente – DEMA, que nos forneceram apoio logístico, de pessoal e embarcações.

b) Principais Resultados

i. Captações irregulares

As equipes de fiscalização da ADASA identificaram 157 estruturas de possíveis captações não outorgadas. Essas estruturas (bombas, tubulações submersas, casas de força e de bomba, dentre outras), que estavam situadas nos clubes, casas particulares, locais de lazer público e demais áreas, serão objeto de análise detalhada e, caso necessário, de novas vistorias por terra.

Algumas captações foram identificadas por meio de caixas de força na beira do lago, pois as bombas e/ou tubulações, mesmo com a cota do lago baixa, permaneceram submersas.

ii. Lançamentos irregulares

Foram identificados 94 possíveis lançamentos de drenagem pluvial e de esgoto sem autorização e sem tratamento nas margens do lago. Clubes, casas e o próprio governo estão como executores dessas irregularidades.

iii. Próximas ações

Após a inspeção das margens do Lago Paranoá, a equipe de fiscalização da ADASA vem analisando as possíveis irregularidades, realizando novas inspeções e notificando os usuários irregulares, a fim de coibir condutas ilícitas. Trata-se, portanto, de uma ação contínua.

(vii) Estruturação da Gestão Participativa por bacia hidrográfica

Os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) são organizações conectadas que reúnem grupos interessados para discutir e solucionar os próprios problemas, com o objetivo de proteger os recursos hídricos na região da bacia hidrográfica. Segundo a legislação brasileira, os comitês não têm situação legal. Os CBHs incluem representantes do Governo Federal, Estados ou do Distrito Federal onde se situam (mesmo que parcialmente), municípios, usuários da água e organizações civis de recursos hídricos com registro comprovado de ação na bacia. O número de representantes de cada setor mencionado e os critérios para suas nomeações são definidos nas regulamentações dos Comitês.

O primeiro semestre de 2011 foi marcado por ações administrativas pertinentes aos primeiros passos para início dos trabalhos dos 03 (três) Comitês de Bacia Hidrográfica, como por exemplo, o envio de ofícios em nome dos Comitês para que ratificassem ou indicassem novos representantes para atuarem como membros dos Comitês em 2011, em função do governo eleito em 2010.

Dessa maneira é de fundamental importância o apoio da ADASA na estruturação e gestão participativa destes comitês. Abaixo seguem destaques relativos às atividades desenvolvidas neste exercício relativos à gestão participativa por bacia hidrográfica:

Destacam-se, abaixo, as atividades desenvolvidas de apoio à estruturação dos Comitês:

- Envio de Agenda de Atividades 2011 para os três Comitês do DF e para publicação no site dos Comitês.
- Foram feitas visitas a cinco propriedades no DF que desenvolvem atividades de proteção e manutenção de recursos hídricos do DF, indicadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica do DF, para escolha de três usuários para receber o Prêmio Guardião da Água oferecido pela ADASA.
- Foi elaborado um histórico sobre Comitês de Bacia Hidrográfica para ser apresentado pelo Superintendente de Recursos Hídricos da ADASA em reunião com novo Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF.
- Elaboração de apresentação sobre ganhadores do Prêmio Guardião da Água.
- Elaboração de modelos de convites para os profissionais, sugeridos pelo coordenador da CTA Paranoá, para ministrar palestras no Workshop sobre assoreamento do Lago Paranoá, que será promovido pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá.

- Elaboração do projeto de solicitação de apoio para a realização de eventos científicos e tecnológicos do workshop sobre o assoreamento do Lago Paranoá em parceria com membros da CTA Paranoá,
- Elaboração de Moções dos Comitês dos Afluentes dos rios Maranhão e Preto que serão enviadas a órgãos do GDF com algumas recomendações sugeridas pelos Comitês. A Moção do Comitê do Preto sugere ao GDF a elaboração de cartilha informativa sobre procedimentos que devem ser seguidos pelos proprietários rurais para adequação ambiental de suas propriedades. A Moção do Comitê do Maranhão solicita ao ICMBio a inclusão da área referente ao Subsistema F/Q/M do domínio Fraturado nos estudos de zoneamento da APA do Planalto Central.

(viii) Contratações e Parcerias

Devido à diversidade e extensão de abrangência desta ação, também as contratações são de grande relevância para a atuação da ADASA. Dentre as principais destacam-se:

Tabela 11: Atos de Fiscalização - 2011

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADO
SA-272/2011 (Data assinatura: 10/02/11) Data de início dos serviços: 10/02/11)	Revisão e Atualização do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) do Distrito Federal	ECOPLAN Engenharia
SA-1050/2011	Programa de Intercâmbio e Assistência Técnica Internacional e Capacitação dos Técnicos da ADASA em Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos	Nicolas Francois Marie Bourlon
SA-578/2011	Apoio às atividades de Fiscalização de uso de Recursos Hídricos para o Termo Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC das regiões de Vicente Pires, Colônia Agrícola Samambaia e Vila São José.	CSANEO Engenharia e Consultoria Ambiental Ltda.

Fonte: SRH

VI. Ação 4056 - Gerenciamento dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Distrito Federal

i) Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade

Finalidade: Promover a regularização da prestação dos serviços públicos de Saneamento Básico do Distrito Federal tendo como processos associados à elaboração de atos regulatórios relacionados às suas áreas de competência, quais sejam: (i) regulação técnica e econômica dos serviços de saneamento básico; (ii) regulação e fiscalização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e (iii) drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

Descrição: Elaboração de estudos e pesquisas relativos a comportamentos e melhores práticas na prestação de serviços públicos de saneamento básico, formulação de atos regulatórios para o gerenciamento e controle da prestação de serviços públicos, bem como apoio aos órgãos competentes na elaboração de processos de formulação de políticas públicas relativas ao tema, proposição de marcos regulatórios e capacitação específica em regulação técnica de serviços públicos.

Coordenador da Ação: Marcos Helano F. Montenegro
Urbano Medeiros Fernandes

Unidades Executoras: Superintendência de Regulação Técnica – SRT, Superintendência de Regulação Econômica – SRE, e Superintendência de Fiscalização de Serviços Públicos – SFS.

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: art. 7º, da Lei Distrital no 4.285/2008 e art. 28 do Regimento Interno da ADASA.

Público-alvo: Usuário de serviços públicos de saneamento básico do DF.

ii) Principais Resultados

O Gerenciamento de Serviços Públicos de Saneamento Básico envolve diversas ações e seu objetivo principal consiste em zelar pela modicidade das tarifas e pela segurança sanitária da população e do meio ambiente no decorrer dos processos afetos a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Dividem-se em três ações essenciais – regulação técnica, regulação econômica e fiscalização da prestação de serviços de saneamento básico.

(i) **Regulação Técnica** - A seguir são apresentadas as atividades realizadas pela ADASA, por intermédio da Superintendência de Regulação Técnica de Serviços Públicos, nas diversas áreas de competência da Agência no exercício de 2011.

a) Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

i. Edição de normas

No exercício de 2011 a ADASA, através da SRT, submeteu três propostas de resoluções a consultas e audiências públicas com o objetivo de obter contribuições da sociedade com vistas a aperfeiçoar os atos regulatórios relativos aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Das três propostas discutidas em audiências duas já foram aprovadas pela Diretoria Colegiada da ADASA e publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 12: Relação de minutas submetidas a consulta e audiência pública em 2011

Item	Ementa	Data de realização da Audiência Pública	Resolução		Observação
			Nº	Data de Publicação no DODF	
1	Estabelece as condições da prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal.	21/06, 28/06 e 30/06 e 06/07 de 2011.	14	10/11/2011	Vigência a partir de 09/03/2012
2	Estabelece os procedimentos para a instalação de hidrômetros individualizados em condomínios verticais residenciais e de uso misto no Distrito Federal. Revoga as Resoluções nº 175, de 19 de dezembro de 2007, e nº 99, de 16 de novembro de 2009.	18/05/2011	15	22/11/2011	Vigência a partir de 09/03/2012
3	Disciplina os procedimentos a serem observados nos processos administrativos instaurados pelo prestador de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que tenham por objetivo a correção de irregularidades praticadas por usuários ou a aplicação de sanções a estes.	09/11/2011	---	---	Aguardando deliberação da Diretoria Colegiada.

Fonte: SRT

Outras duas propostas de resoluções foram discutidas no âmbito da Agência com perspectiva para serem submetidas à consulta e audiência pública em 2012:

Tabela 13: Relação de minutas elaboradas em 2011 e que serão submetidas a consulta e audiência pública em 2012

Item	Ementa	Previsão de publicação no DODF
1	Dispõe sobre os procedimentos de comunicação de incidentes e de interrupções programadas na prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal.	junho/2012
2	Institui o Conselho de Consumidores dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	setembro/2012

Fonte: SRT

Resolução ADASA nº 14/2011 - A norma que estabelece as condições da prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal, publicada como Resolução nº 14, de 27 de outubro de 2011, representa um avanço na relação de consumo para a população do DF, pois consolida um grande número de regras dispersas em diferentes normas em um único instrumento e cria mecanismos que facilitam o exercício dos direitos dos usuários.

Essa norma regula aspectos da relação existente entre o usuário dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e a CAESB, proporcionando maior transparência nos processos e maior clareza quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas.

Ressalta-se que a resolução é resultado de um trabalho que teve início em junho de 2008. Até chegar à sua versão final, a minuta da norma proposta foi amplamente discutida nos processos de consulta e audiência públicas realizadas pela ADASA nos meses de junho e julho de 2011.

A audiência pública presencial foi dividida em 4 (quatro) seções com o objetivo de colher contribuições da sociedade ao texto da minuta de resolução. Nesse processo foram ouvidas opiniões e sugestões dos usuários dos serviços, das entidades de defesa dos consumidores, de associações de moradores e da própria CAESB.

As seções foram realizadas em regiões administrativas distintas nas datas e locais mencionados na tabela a seguir e sempre após as 19 (dezenove) horas, para facilitar a participação da população.

Tabela 14: Datas e locais de realização de audiências públicas referente a minuta de resolução que estabelece as condições da prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal.

Data	Região Administrativa	Local
21/06/2011	Gama	Auditório da Administração Regional Área Especial s/nº - Setor Central
28/06/2011	Plano Piloto	Auditório da Administração Regional SBN Quadra 02 Bloco K
30/06/2011	Sobradinho	Auditório da Administração Regional. Área Especial 01 Setor Administrativo Lote A
06/07/2011	Taguatinga	Auditório da Administração Regional. Ed. Sede - Setor Central -Praça do Relógio

Fonte: SRT

Resolução ADASA nº 15/2011 - Essa norma, que estabelece os procedimentos para a instalação de hidrômetros individualizados em condomínios verticais residenciais e de uso misto no Distrito Federal, publicada como Resolução nº 15, de 10 de novembro de 2011, substitui as Resoluções nº 175, de 19 de dezembro de 2007, e nº 99, de 16 de novembro de 2009.

A intensificação do contato da Agência com a sociedade, especialmente por meio das demandas geradas junto ao Núcleo de Atendimento ao Cliente (NAC), permitiu concluir que vários dispositivos das resoluções vigentes necessitavam de adequações de forma a proporcionar ao usuário do serviço de abastecimento de água maior clareza quanto aos procedimentos já estabelecidos.

Ao longo do período que antecedeu a realização da audiência pública presencial, a equipe responsável pela elaboração da minuta de Resolução concedeu entrevistas à imprensa local, esclarecendo os pontos considerados de maior relevância e as inovações propostas.

A fim de dar maior publicidade à audiência foram encaminhados ofícios-circulares para todos os condomínios do DF que possuíam a hidrometração individualizada implantada à época, cerca de 1.050 (mil e cinquenta).

A minuta de Resolução foi disponibilizada no sítio eletrônico da ADASA para consulta e envio de contribuições no período de 27 de abril a 17 de maio de 2011.

A referida audiência foi realizada no dia 18 de maio de 2011, às dezenove horas, no Auditório nº. 02 do Museu Nacional do Conjunto Cultural da República, Setor Cultural Sul, lote 02, Brasília, Distrito Federal.

Participaram da audiência cerca de 60 pessoas. Além de síndicos, representantes da ADASA e CAESB, estiveram presentes representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), do Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON), do SINDICONDOMÍNIO e da Universidade Católica de Brasília (UCB).

b) Outras ações relacionadas aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

i. Acompanhamento da hidrometração individualizada no Distrito Federal

A partir da edição da Lei Distrital n.º 3.557/2005 instituindo a instalação individualizada de hidrômetro e nas alterações introduzidas pelas Leis n.º 4.126/2008 e n.º 4.383/2009, a ADASA passou a receber diariamente documentos de condomínios comunicando a decisão quanto a não realização das obras de hidrometração individualizada, declarações de implantação da hidrometração individualizada em condomínios já existentes, bem como solicitação de esclarecimentos e reclamações relacionadas ao tema. Todos esses documentos são encaminhados a SRT para análise.

A Lei Distrital n.º 4.383/2009 alterou a exigência da obrigatoriedade da instalação de hidrômetros individuais, facultando aos condôminos de edifícios já construídos, por meio do voto da maioria simples registrada em ata de reunião extraordinária específica, deliberar sobre a instalação ou não da hidrometração individualizada, cabendo-lhes apenas comunicar à ADASA a decisão tomada. O prazo para a individualização ou comunicação da decisão de não implantar a hidrometração individualizada também foi ampliado até janeiro de 2015.

Na Tabela abaixo estão os números que retratam o número de processos autuados e analisados no período de 2008 a 2011 em razão dos dispositivos legais acima mencionados:

Tabela 15: Processos Autuados e Analisados pela SRT no Período de 2008 a 2011

Hidrometração Individualizada				
Ano	Processos Autuados	Solicitação de Dispensa		Declaração de Implantação (Anexo Resolução n. 175/2007)
		Deferidos	Indeferidos	
2008	38	31	6	1
2009	71	66	4	1
2010	15	15	0	0
2011	5	4	0	1

Fonte: SRT

A Tabela apresenta os números acumulados referentes à quantidade de condomínios e unidades consumidoras que implantaram a hidrometração individualizada nos anos de 2009, 2010 e 2011.

Tabela 16: Quantidade de Ligação por Localidade e Respectivas Unidades de Consumo que Individualizaram os Hidrômetros.

Ano	2009		2010		2011	
	Nº de ligações	Unidades de consumo	Nº de ligações	Unidades de consumo	Nº de ligações	Unidades de consumo
Águas Claras	89	6.764	156	13.035	179	15.285
Brasília	175	6.982	222	8.949	242	9.964
Ceilândia	14	391	23	748	24	769
Cruzeiro	142	3.842	157	4.220	161	4.306
Gama	25	1.855	37	2.809	42	3.238
Guará	73	2.660	94	3.671	129	4.933
Lago Norte	09	1.008	10	1.105	12	1.269
Lago Sul	01	06	01	6	1	6
Núcleo Bandeirante	19	367	30	689	31	725
Octogonal	06	606	06	606	6	606
Paranoá	13	121	23	233	26	230
Planaltina	01	22	01	22	1	47
Riacho Fundo I	08	269	12	421	13	457
Samambaia	30	1.752	60	2.940	66	3.223
Santa Maria	25	285	35	397	39	444
São Sebastião	01	25	01	25	1	25
Sobradinho	11	418	15	617	21	830
Sudoeste	27	2.327	38	3.062	39	3.131
Taguatinga	103	4.546	140	6.601	155	7.681
TOTAL	772	34.246	1.061	50.156	1.188	57.169

Fonte: CAESB.

ii. Estudo e tradução das normas ISO série 24500

Em 2001, a ISO, por intermédio do organismo de normalização da França (AFNOR), apresentou uma proposta às organizações membros de atuação no campo da normalização das atividades relacionadas aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Como justificativa foi observado que, além dos desafios inerentes à gestão de recursos e serviços, os consumidores estão cada vez mais exigentes quanto à qualidade dos serviços e cada vez mais sensíveis quanto à transparência na gestão e na relação entre qualidade e preço.

Dessa iniciativa resultou a série ISO 24500, composta das seguintes normas técnicas, de aplicação voluntária, voltadas aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário:

- ISO 24510:2007 - Diretrizes para a avaliação e a melhoria do serviço prestado aos usuários.
- ISO 24511:2007 - Diretrizes para a gestão dos prestadores de serviços de esgotamento sanitário e para a avaliação dos serviços de esgotamento sanitário.
- ISO 24512:2007 - Diretrizes para a gestão dos prestadores de serviços de abastecimento de água e para a avaliação dos serviços de abastecimento de água.

A equipe técnica da SRT estudou o conteúdo das normas e propôs uma tradução para as mesmas, buscando facilitar seu entendimento e aplicação no país.

A Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), entendendo a importância dessas normas para o aperfeiçoamento das atividades de regulação desses serviços públicos nos termos das disposições legais, por intermédio da Câmara Técnica de Saneamento Básico, da qual participa o Superintendente de Regulação Técnica da ADASA, pleiteou à ABNT a instalação de Comissão Especial de Estudo para produzir as versões brasileiras (ISO/ABNT) dessas três normas técnicas. A referida comissão possui representantes de diversas entidades que atuam na área objeto das normas, sendo o Superintendente da SRT representante da ADASA e o coordenador da citada Comissão.

As normas da série ISO 24500 podem ser usadas pelas entidades reguladoras como guia para a edição de regulamentos que estabeleçam os padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços bem como os demais aspectos relacionados às dimensões técnica, econômica e social de

prestação dos serviços nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007. Em processos de regulamentação dessa natureza, que necessariamente envolvem o prestador de serviços, os usuários e outros interessados, a disponibilidade dessas normas sem dúvida facilitará o diálogo produtivo entre as partes.

c) Serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

- i. Participação no Comitê Intersetorial para elaborar e acompanhar a implantação das ações destinadas à execução dos planos de resíduos sólidos no âmbito do Distrito Federal e entorno.
- ii. Concessão da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos do Distrito Federal (Aterro Sanitário Oeste)
- iii. Consórcio Público de manejo de resíduos sólidos e águas pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás
- iv. Apoio a CLDF no processo de análise e aprovação da Lei sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e resíduos volumosos – RCD
- v. Elaboração de relatório sobre a situação e avaliação do programa de coleta seletiva no Distrito Federal.
- vi. Elaboração do Projeto Básico para a licitação dos serviços de tratamento e destinação final dos resíduos da construção civil no DF.

(ii) Regulação Econômico-financeira

a) Reajuste tarifário anual de 2011

Amparado pela Lei nº. 4.285, de 26 de dezembro de 2008, cabe à ADASA estabelecer o reajuste tarifário anual de 2011 – IRT/2011, a vigorar no período de 1º de março de 2011 a 29 de fevereiro de 2012.

Esse reajuste é apurado com base em fórmula paramétrica definida no Contrato de Concessão, cujos componentes dependem do resultado da 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB. Tendo em conta que o primeiro ciclo revisional não foi concluído pela ausência de ativos da concessionária, foi concedida, em caráter provisório, sob a forma de antecipação de receita à CAESB, a aplicação do percentual de 5,91% (cinco inteiros e noventa e um centésimos por cento) sobre as tarifas homologadas pela Resolução nº 02, de 24 de fevereiro de 2010, a vigorar no período de 1º de março de 2011 a 29 de fevereiro de 2012.

b) Apoio e assessoramento técnico

Esse projeto consistiu: (i) na contratação de uma consultoria para elaboração do laudo de avaliação contábil dos ativos vinculados a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela CAESB, (ii) desenvolvimento e implantação de um sistema informatizado para suporte ao monitoramento do desempenho econômico e financeiro dos serviços referenciados, e (iii) programa de capacitação técnica para servidores da ADASA sobre os conceitos, metodologias e procedimentos de análise econômico e financeira inerentes ao referido sistema.

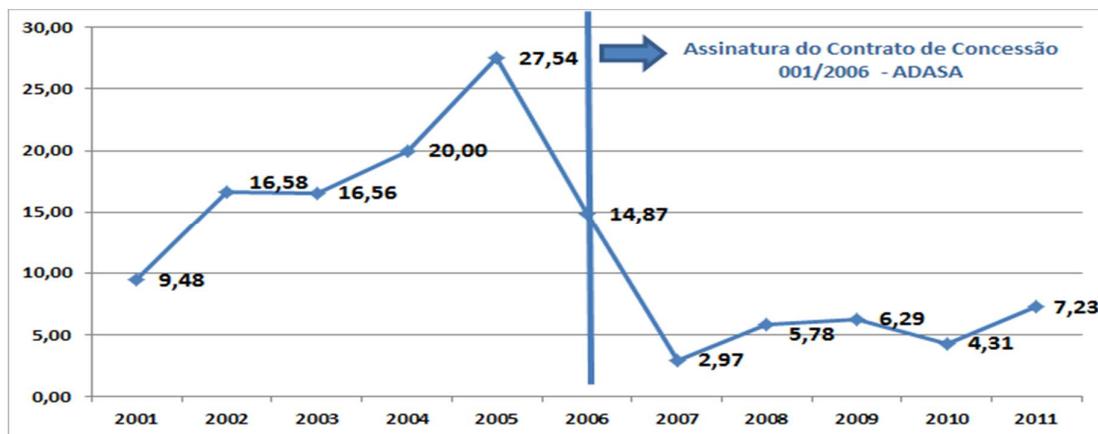
O primeiro produto permitiria a ADASA conhecer melhor a situação patrimonial da concessionária, sob o aspecto contábil, e dessa forma obter uma melhor opinião crítica sobre o futuro laudo de avaliação a ser fornecido pela empresa. Paralelamente, com essa avaliação, a ADASA teria melhores subsídios para realizar suas atribuições, inclusive em outras frentes de trabalho, uma vez que, a estrutura patrimonial da prestadora do serviço, com seus pontos fortes e fracos, estaria evidenciada.

A realização desse produto foi executada parcialmente devido à falta de conciliação física contábil dos ativos da concessionária, na qual, foi feito o levantamento unicamente do patrimônio devidamente registrado contabilmente pela empresa.

O segundo produto possibilita um mecanismo para a ADASA monitorar a saúde econômico-financeira da concessionária, e dessa forma, agir preventivamente contra eventuais problemas dessa natureza. O recurso possibilita também um maior conhecimento da empresa pela agência o que implementa a realização de suas atividades regulatórias.

O terceiro produto proporcionou significativos ganhos de qualidade na execução dos trabalhos dos servidores da ADASA, uma vez que ampliou por meio de um treinamento os diversos aspectos da regulação de serviços públicos e suas implicações na seara econômica e financeira.

Gráfico 7: Histórico de Reajuste das Tarifas



Fonte: SRE - No ano de 2009, como o reajuste foi aplicado com um mês de atraso, o valor de 5,77% foi acrescido de 0,52%, totalizando 6,29%.

Com a ajuda da figura 19 é possível observar que o reajuste tarifário dos cinco anos anteriores à entrada em vigor do Contrato de Concessão somou 127,68%, enquanto que a inflação acumulada no mesmo período foi de 51,65%. No mesmo período de tempo, após iniciada a atuação da agência, o reajuste total foi de 38,67%, enquanto que a inflação acumulada no mesmo período foi de 26,24%.

(iii) Fiscalização de Serviços Públicos de Saneamento Básico

Cabe ainda à ADASA, por intermédio da SFS, fiscalizar a prestação dos serviços públicos observando os padrões de qualidade exigíveis, considerando os aspectos políticos, jurídicos e ambientais pertinentes, para a promoção da excelência e a universalização dos serviços, nas seguintes áreas:

a) Sistema de Abastecimento de Água

Exerce a fiscalização dos serviços de abastecimento público de água, sobre a CAESB, empresa concessionária, para a promoção na qualidade e universalização dos serviços. Atualmente composto de 5 grandes sistemas que abastecem a área urbana do DF e 50 sistemas simplificados em comunidades rurais.

A fiscalização da SFS realizada no período de 2011 abrangeu todas as estações de Tratamento de Água operadas pela CAESB, além de percorrer todos os sistemas de abastecimento rural, realizando assim 100 % da área coberta, com acompanhamento da qualidade do serviço prestado conforme prescreve a legislação e as normas técnicas do setor.

b) Sistema de Esgotamento Sanitário

Exerce a fiscalização dos serviços de sanitário de esgoto sobre a CAESB, empresa concessionária, para a promoção na qualidade e universalização dos serviços. Atualmente composto de 16 grandes sistemas que coletam e tratam todo o efluente doméstico da área urbana do DF.

No período de 2011 a fiscalização da SFS monitorou a qualidade do esgoto tratado de todas as estações de tratamento de esgoto, com o controle dos lançamentos nos corpos hídricos receptores com

observância nas normas e padrões específicos com o objetivo de preservar a qualidade da água dos mananciais que cortam o DF.

c) Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

Exerce a fiscalização dos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais sobre a NOVACAP, empresa detentora da concessão por lei. É responsável pelo acompanhamento das condições técnicas de prestação dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais, com a finalidade de assegurar a qualidade e continuidade desses serviços em benefício da população do Distrito Federal, nos termos da legislação atual e superveniente.

No período de 2011 a fiscalização da SFS disponibilizou para consulta pública o Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDU) no sítio da ADASA. O PDDU foi produto contratado pela Secretaria de Obras do Distrito Federal, tendo sido avaliado tecnicamente pelos servidores da ADASA e da NOVACAP.

Ainda, durante todo o ano de 2011, a fiscalização da SFS atendeu a todas as denúncias noticiadas em qualquer dos meios de comunicação (rádio, televisão, internet, mídia impressa) e reclamações de usuários.

Finalmente, foi realizada fiscalização preventiva de tubulações de drenagem e reservatórios de retenção/detenção em todo o Distrito Federal, com o objetivo de prevenção de picos de cheia, interconexões de esgoto e resíduos sólidos à rede de drenagem urbana.

d) Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Exerce a fiscalização dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos sobre o SLU, autarquia detentora da concessão por lei. O modelo operacional adotado para o sistema de limpeza urbana do DF é sistematizado de acordo com os diferentes tipos de serviços que o compõem. O sistema operacional de coleta, remoção e transporte, considerado como um dos componentes integrantes do atual serviço de limpeza, tendo em vista as peculiaridades que cada um deles apresenta, leva em consideração cada tipo de resíduo. Na atual rotina operacional, os resíduos com características domiciliares e comerciais são coletados seguindo roteiros pré-determinados, em dias e horários específicos.

Em 2011 a fiscalização da SFS promoveu vistorias em todos os pontos de transbordo nas usinas de reciclagem e aterro do Jóquei, exercendo fiscalização rotineira em todas as áreas do DF, desde a coleta até a destinação final, dos serviços executados pelo SLU e pelas empresas terceirizadas.

e) Distribuição de Gás Canalizado

Exerce a fiscalização dos serviços de distribuição de gás canalizado, sobre a CEBGAS, empresa detentora da concessão por lei. A área de exploração dos serviços de distribuição e comercialização de gás canalizado, concedido com exclusividade a CEBGÁS, é a totalidade da área compreendida no território do Distrito Federal. O direito de exploração do serviço público de distribuição e comercialização de gás canalizado compreende os direitos de produção própria ou de terceiros podendo, inclusive, importar para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termoelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

A fiscalização exercida pela SFS em 2011 se ateu ao atual modelo operacional adotado para o sistema de distribuição de gás natural canalizado do Distrito Federal, por enquanto restrito ao segmento automotivo (GNV), consiste em a CEBGÁS realizar a compra do GNL junto à GásLocal e, posteriormente realizar a venda à BR Petrobras. Atualmente existem dois postos de GNV, o do SIA e da Candagolândia. Em cada posto está instalada uma Unidade Autônoma de Regaseificação (UAG).

f) Fiscalização Econômico-financeira

As principais atividades tem como objetivo traçar um panorama do cenário atual da fiscalização econômico-financeira realizada pela ADASA sobre a prestação dos serviços públicos regulados, bem como apresentar a síntese do trabalho da Coordenação de Fiscalização Econômico-Financeira da Superintendência de Fiscalização de Serviços Públicos - CFEF/SFS durante o exercício de 2011. É uma

fiscalização multissetorial, tendo suas competências elencadas principalmente na Lei nº 4.285/2008 e no Regimento Interno da ADASA. Sendo, também, fonte para o desenvolvimento de suas atividades, variada legislação esparsa sobre serviço público, bem como instruções e orientações que versam sobre contabilidade e auditoria. A fiscalização econômico-financeira possui diversos mecanismos de atuação. Pode apresentar-se por meio da verificação da conformidade regulatória, ou seja, por meio da verificação da obediência do prestador aos preceitos legais e às formalidades previstas nos contratos pactuados.

Os trabalhos empreendidos em 2011 foram, prioritariamente, de caráter estruturante, como, por exemplo, estudos, levantamentos, elaboração de estratégias e desenvolvimento de projetos capazes de criar as condições necessárias e adequadas ao exercício das atribuições da CFEF.

g) Monitoramento de qualidade de água

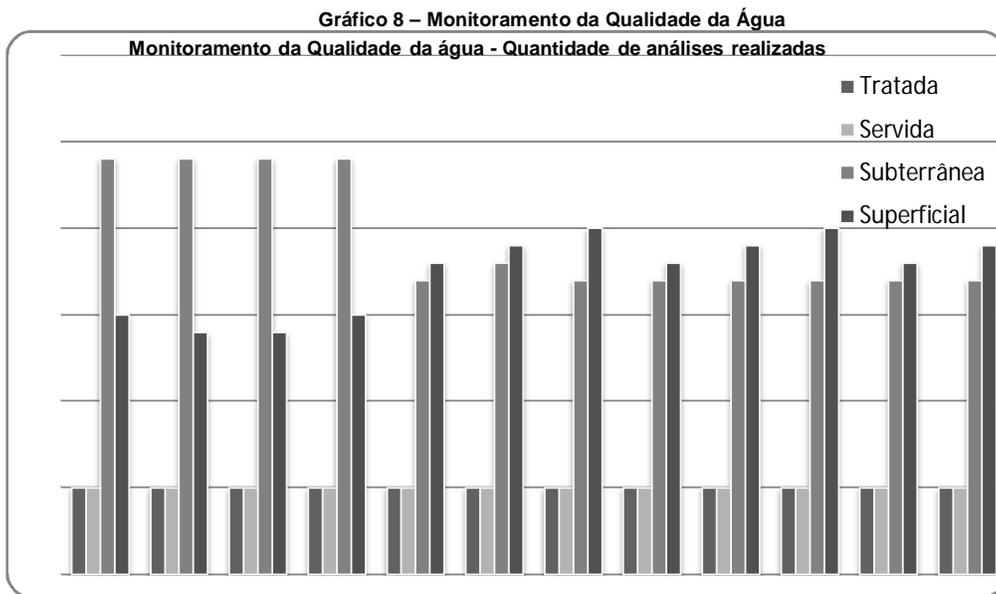
Esse monitoramento é feito por meio de um laboratório contratado pela agência, que presta serviços de coleta, leitura de nível, transporte e realização das análises físico-químicas e bacteriológicas da água bruta (superficial e subterrânea), água tratada e água servida (residuária e efluente), com emissão de laudos específicos e assinados por profissionais qualificados.

O monitoramento da qualidade da água é apurado por meio de análises físico-químicos e bacteriológicos dos indicadores estipulados na Portaria do Ministério da Saúde nº 518/2004, quais sejam: cloro residual livre, coliformes totais, coliformes termotolerantes, fluoreto, turbidez, cor e pH.

Quando constatada alguma anormalidade, em relação aos padrões estabelecidos pela Portaria nº. 518/2004, do Ministério da Saúde, a ADASA solicita ações corretivas imediatas, objetivando o restabelecimento da qualidade. Ao cabo das providências tomadas, a água passa por novos testes de qualidade.

De um modo geral, pode-se assegurar que a qualidade da água distribuída pela concessionária de serviços CAESB atende aos padrões, principalmente com relação aos parâmetros bacteriológicos.

O gráfico que se segue apresenta uma síntese do monitoramento da qualidade da água realizada no exercício de 2011.



Fonte: SFS

A ADASA atua ainda na realização de vistorias técnicas programadas pela Superintendência de Fiscalização de Serviços Públicos ou por solicitação, reclamações ou denúncias dos usuários do serviço. Após as vistorias são gerados relatórios solicitando a manifestação e justificativa do prestador do serviço

sobre o questionamento apresentado pelo usuário, com o principal objetivo de aperfeiçoamento da qualidade na prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

iii) Contratações e Parcerias

No exercício de 2011 foram celebradas pela ADASA, com a colaboração da SRT, diversas parcerias e articulações, as quais são apresentadas no quadro abaixo:

Tabela 17: Parcerias celebradas em 2011

Item	PARCERIAS	OBJETO
1	Convênio nº 01/2011 que entre si celebram a ADASA e a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, com interveniência da Fundação Christiano Ottoni – FCO.	O desenvolvimento de metodologia para avaliação de desempenho de estação de tratamento de águas e esgotos no Distrito Federal.
2	Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST), a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (ADASA), a Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Distrito Federal e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), para a realização de parceria na utilização do sistema de informação da vigilância da qualidade da água para consumo humano (SISAGUA).	Atuação conjunta da SVS/DSAST, ADASA, CAESB e Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Distrito Federal, em projeto piloto com o objetivo de aperfeiçoar o processamento de informações relativas ao cadastro dos sistemas de abastecimento de água do Distrito Federal e ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano elevando a sinergia entre as instituições cooperantes na utilização do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA).
3	Acordo de Cooperação que entre si celebram a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (ADASA) e a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos de Portugal (ERSAR).	Intercâmbio de conhecimentos, experiências e informações na área de regulação sobre os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e resíduos sólidos.
4	Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ‘ANP’ - e a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ‘ADASA’.	Cooperação técnico-científica entre a ‘ANP’ e a ‘ADASA’, visando o desenvolvimento de estudos e atividades para regulamentação das questões referentes ao transporte, distribuição e comercialização do gás canalizado.

Fonte: SRT

Tabela 18: Contratos

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADO
Contrato N°019/2010	(i) na contratação de uma consultoria para elaboração do laudo de avaliação contábil dos ativos vinculados a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela CAESB, (ii) desenvolvimento e implantação de um sistema informatizado para suporte ao monitoramento do desempenho econômico e financeiro dos serviços referenciados, e (iii) programa de capacitação técnica para servidores da ADASA sobre os conceitos, metodologias e procedimentos de análise econômico e financeira inerentes ao referido sistema.	João Batista Peixoto

Fonte:SRT

2.2. Programa – 0150 – Brasília Sustentável

I. Dados Gerais do Programa

Tipo: Finalístico

Base Legal:

O Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal - Programa Brasília Sustentável - faz parte da estratégia do Governo do Distrito Federal para assegurar que o nível de desenvolvimento humano hoje presente seja preservado para as gerações futuras, permitindo, que se avance no caminho para a construção de sociedades sustentáveis.

O Programa foi concebido para ser viabilizado com recursos decorrentes de financiamento externo, oriundos do Contrato de Empréstimo nº 7326/BR celebrado com o Banco Mundial, e com recursos de contrapartida nacional.

Dessa forma, por constituir-se num programa estratégico do Governo do distrito Federal foi incluído no PPA, em cumprimento ao artigo165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829,

de 29/10/1998, com vistas a assegurar a execução de um conjunto de ações que se realizam de modo contínuo e limitado a um prazo definido em suas etapas de execução.

- Contrato de Empréstimo 7326-BR entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a República Federativa do Brasil;
- Decreto/DF nº 31.419, de 15 de março de 2010. Governo do Distrito Federal – GDF;
- Decreto/DF nº 31.710, de 25 de maio de 2010. Governo do Distrito Federal – GDF.

II. Objetivo:

Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do distrito federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

III. Justificativa:

Os principais eixos do Programa Brasília Sustentável residem no conceito de saneamento ambiental, na promoção de assentamentos urbanos sustentáveis e na preservação ambiental. Assim, o Programa vincula-se à capacidade e à vontade política de se criar espaços, condições e ambientes coletivos para os diferentes segmentos sociais presentes na região-alvo, favorecendo o processo participativo nas mudanças desejadas, condição para que sejam sustentáveis do ponto de vista político, institucional, social, ambiental e econômico.

Este programa, dotado de forte cunho social e ambiental, foi concebido basicamente para:

- a. preservar a qualidade das águas superficiais do distrito federal, notadamente as do lago do descoberto, que abastece mais de 60% de toda a população do Distrito Federal, uma vez que essa qualidade vem sendo comprometida pelo rápido adensamento populacional e pela falta de sistema de esgotamento sanitário da cidade de águas lindas de Goiás;
- b. preservar a qualidade das águas subterrâneas do distrito federal, notadamente aquelas próximas ao lixão da estrutural, que correm sério risco de contaminação pelo chorume ali produzido;
- c. melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda da vila estrutural, que atualmente sobrevive em ambiente insalubre, próxima ao lixão e sem urbanização adequada, promovendo a sua inclusão social;
- d. melhorar as condições de trabalho, sobrevivência e dignidade humana dos catadores de lixo que atualmente se utilizam do lixão da estrutural;
- e. solucionar adequadamente a destinação final do lixo urbano do Distrito Federal, encerrando as atividades do lixão da estrutural e implantando um aterro sanitário adequado às modernas técnicas de engenharia;
- f. preservar a saúde da população das colônias agrícolas Samambaia e Vicente Pires, que atualmente utilizam de água contaminada captada de poços profundos localizados muito próximos das fossas onde são destinados os seus esgotos, dotando-as de sistema de esgotamento sanitário.

IV. Problema:

Minimizar um conjunto de desequilíbrios sócio-ambientais promovidos pela:

- Ocupação irregular da área da Vila Estrutural ocasionando danos ao meio ambiente incluindo a poluição dos recursos hídricos, devida a ausência de infra-estrutura como drenagem, pavimentação e esgotamento sanitário, abastecimento de água.
- Ocupação Irregular de Vicente Pires, representando também um impacto ambiental devida à ausência de esgotamento sanitário.
- Presença do Lixão na Vila Estrutural que ameaça a qualidade ambiental do lago Paranoá preservando seu potencial turístico e de lazer – de elevada significância na economia do DF, bem como a preservação do Parque Nacional de Brasília, que faz fronteira com a Vila Estrutural. Além de trazer prejuízos à saúde dos moradores da localidade.

V. Estratégia de Implementação:

Para minimizar os impactos apontados no item anterior, foi desenvolvida uma estratégia que consiste na organização institucional dos órgãos executores (ADASA/CAESB/NOVACAP/IBRAM/SEMARH/SEDUMA/SO), orientados por uma UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA – UGP, visando implementar um conjunto de ações organizadas em 04 componentes, os quais estão divididos em projetos e atividades, operacionalizados de forma descentralizada, segundo o arranjo institucional do Programa. Os componentes são os seguintes:

- COMPONENTE 1: Políticas de Desenvolvimento Institucional
- COMPONENTE 2: Inclusão Social e Redução da Pobreza
- COMPONENTE 3: Proteção de Recursos Hídricos
- COMPONENTE 4: Gestão, Monitoramento e Avaliação do Programa

As ações a serem implementadas estão organizadas em categorias de despesas (obras; bens e serviços), como segue:

Principais ações a serem implementadas na categoria implantação de obras:

- Drenagem e pavimentação da via do contorno da Vila Estrutural
- Drenagem e pavimentação das vias internas da Vila Estrutural
- Estações Elevatórias de Esgoto da Vila Estrutural
- Esgotamento Sanitário da Vila Estrutural
- Construção do Centro Comunitário
- Construção de duas unidades de CRAS
- Encerramento e recuperação do Aterro do Jóquei
- Construção DO Centro de Triagem da Vila Estrutural

Principais ações a serem implementadas na categoria aquisição de bens e contratação de consultorias:

- Sistema de Informação: base de dados georreferenciados sobre projetos urbanísticos;
- Elaboração do projeto integrado de caráter urbano e socioambiental para a regularização fundiária da Cidade de São Sebastião;
- Zoneamento Ecológico-Econômico –ZEE/DF ;
- Elaboração e implantação do Programa de Coleta Seletiva dos Órgãos Públicos do GDF;
- Aperfeiçoamento dos procedimentos de licenciamento ambiental IBRAM;
- Rezzoneamento da APA de São Bartolomeu;
- Sistema de remoção de macrófitas do Lago Paranoá;
- Planejamento do Pólo Integrado de Resíduos Sólidos do DF;
- Suporte técnico à gestão dos resíduos sólidos do SLU;

VI. Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa:

i) Indicadores Iniciais

Tabela 19: Indicadores do Programa (PPA /2008-2011)

Nº	Indicador	Unidad e de Medida	Origem da Informação	Periodicida de de Apuração	Realiz ado em 2007	Realizado em 2008	Realizad o em 2009	Realizad o em 2010	Desejad o em 2011	Realiza do em 2011
1	Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	PAD/BIRD	-	PDLI 100% elaborado	39	51	75	100	82%
2	Nº de ligações domiciliares conectadas ao sistema de esgotamento sanitário implantadas em Vicente Pires e na Colônia Agrícola Samambaia	unid	PAD/BIRD	anual	-	0	5.000	10.000	15.700	12560*

Fonte: UGP/ADASA

* Ramais instalados com pontos de espera, mas não estão ligados aguardando conclusão da estação elevatória.

(i) Sobre a meta: “nº de ligações domiciliares conectadas ao sistema de esgotamento sanitário implantadas em Águas Lindas”, temos a informar que este indicador foi retirado do documento do BIRD “PROJECT APPRAISAL DOCUMENT – PAD”, restando ser retirado do PPA.

(ii) PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO (PDLI) – destinado a orientar todas as intervenções, no que se refere ao desenvolvimento urbano, físico, territorial e ambiental, bem como de sua área de influência direta e indireta; PROJETO DE SANEAMENTO INTEGRADO (PSI) – será elaborado com a finalidade de dotar o Governo do Distrito Federal – GDF dos projetos necessários para a intervenção integrada na Vila Estrutural; PROGRAMA DE TRABALHO SOCIAL (PTS) – prevê ações de capacitação da população para o acompanhamento das obras e preservação dos investimentos efetuados nas áreas de intervenção, mediante projetos de educação sanitária e ambiental, e apoio ao desenvolvimento social; (Concluído em 2007)

(iii) Diagnóstico visando à capacitação dos catadores de lixo e à elaboração do PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL DOS CATADORES DE LIXO DO ATERRO DO JÓQUEI. (Concluído em 2008)

(iv) ISA-F – INDICADOR SÓCIO-AMBIENTAL PARA FAVELAS: será apurado por meio do monitoramento de 14 subindicadores, assim representados: Período de 2008 a 2011:

(v) Indicador 3 - Conforme informado pela executora das obras, a CAESB, o cumprimento dessa meta sofreu atrasos decorrentes dos seguintes fatores:

- a) imprevistos nas licitações da rede coletora;
- b) a Concorrência Pública 058/2007, o atraso foi de cerca de dois anos devido à interposição de Mandado Judicial por parte de uma das empresas inabilitadas;
- c) chuvas intermitentes, associadas à ausência de drenagem pluvial, destruíram parte da rede coletora de esgotos, já concluída;
- d) solo saturado e nível do lençol freático raso em regiões de beiradas de córregos;
- e) existência de invasões não removidas em Áreas de Proteção Permanente, que impossibilitam a passagem de coletores;
- f) dificuldades com o urbanismo local (fechamento em condomínios);
- g) resistência de alguns moradores em permitir a entrada das equipes de trabalho em suas propriedades para a execução das redes;

h) problemas fundiários relacionados às estações elevatórias contratadas em set/2008. Para solucionar a questão, optou-se por suprimir a EECA-2 e ampliar a potência da EECA-1, o que implicou na necessidade de alterar o projeto e de renegociar o valor dessa obra com a contratada. Houve demora significativa, por parte da contratada, em apresentar nova proposta incluindo as alterações de projeto que, no momento, está em fase de análise por parte da equipe de orçamento da CAESB.

Tabela 20: Parâmetros e Metas Físicas do ISA-F

Nº.	PARÂMETRO	META FÍSICA							
		2008		2009		2010		2011	
		PREVISTO	REALIZADO	PREVISTO	REALIZADO	PREVISTO	REALIZADO	PREVISTO	REALIZADO
1	cobertura do abastecimento de água	50%	93%	100%	94%	100%	98%	100%	99%
2	implantação do sistema de esgotamento sanitário	35%	33%	70%	79%	100%	98%	100%	98%
3	sistema de coleta e destinação final de resíduos sólidos, incluindo reciclagem	50%	80%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
4	sistema de drenagem pluvial	100%	10%	100%	54%	100%	99%	100%	99%
5	pavimentação de ruas	50%	38%	100%	51,50%	100%	98%	100%	99%
6	estabilidades geológica e geotécnica	100%	7,90%	100%	13,20%	100%	21%	100%	70%
7	densidade populacional	0%	0%	0%	0%	50%	50%	100%	50%
8	fornecimento de energia elétrica	100%	79%	100%	93%	100%	100%	100%	100%
9	regularização da terra (situação fundiária)	35%	0%	70%	0%	100%	11%	100%	20%
10	serviços da limpeza urbana	50%	80%	100%	80%	100%	80%	100%	90%
11	iluminação pública	50%	80%	100%	95%	100%	100%	100%	100%
12	áreas de lazer para o uso da comunidade	50%	47%	100%	58,30%	100%	66,60%	100%	80%
13	indicador da renda	0%	0%	0%	0%	50%	50%	100%	60%
14	acesso à educação e nível de instrução	0%	0%	50%	0%	100%	75%	100%	80%
Resultado Acumulado Equivalente		25%	39%	50%	51%	75%	75%	100%	82%

Fonte: UGP/ADASA - (*) Atualmente o sistema de reciclagem de resíduos ainda não está em funcionamento. O Programa prevê a implantação de um centro de triagem de materiais recicláveis na Vila Estrutural, e sua construção está em fase de licitação, dessa forma o percentual de 100% se refere ao sistema de coleta de resíduos na Vila Estrutural.

(**) Percentuais referentes ao número de famílias residentes em áreas impróprias reassentadas para áreas sem risco geológico e geotécnico.

(***) Percentuais referentes aos domicílios que pagam a taxa de limpeza urbana – parte integrante do valor pago no IPTU.

VII. Execução Orçamentária e Financeira

Tabela 21: Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Executado	Liquidado	Etapa SAG
1260 - Implantação dos Sistemas de Planejamento e Gestão Territorial e Urbana do Programa "Brasília Sustentável".					
21206/6095 - Implantação dos Sistemas de Planejamento e Gestão Territorial e Urbana do Programa "Brasília Sustentável".	0,00	570.993,00	285.216,31	285.216,31	0004
28204/6092 - Implantação dos Sistemas de Planejamento e Gestão Territorial e Urbana do Programa "Brasília Sustentável".	438.800,00	218.107,00	218.106,59	218.106,59	0020
1294 - Implantação do Projeto de Inclusão Social - Brasília Sustentável.					
21206/6092 - Implantação do Projeto de Inclusão Social - Brasília Sustentável – ODM.	0,00	3.776.000,00	0,00	0,00	0013,0014,0015
28204/6091 - Implantação do Projeto de Inclusão Social - Brasília Sustentável – ODM.	1.168.000,00	0,00	0,00	0,00	0026,0027,0028
1295 - Implantação do Projeto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - "Brasília Sustentável".					
21206/6092 - Implantação do Projeto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - "Brasília Sustentável".	0,00	23.014.983,00	6.671.018,89	4.827.537,44	0020,0021,0022,0029,0030
28204/6089 - Implantação do Projeto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - "Brasília Sustentável".	17.927.000,00	1.434.880,00	951.162,85	617.799,53	0022,0023,0024,0029
1565 - Implantação do Projeto de Reforço Institucional - "Brasília Sustentável".					
21206/6108 - Implantação do Projeto de Reforço Institucional - Brasília Sustentável.	0,00	3.388.000,00	581.635,00	288.981,00	0001,0002,0003
28204/6106 - Implantação do Projeto de Reforço Institucional - Brasília Sustentável.	1.693.000,00	0,00	0,00	0,00	0017,0018
1573 - Implantação da Unidade de Gerenciamento do Programa "Brasília Sustentável"					
21206/6090 - Implantação da Unidade de Gerenciamento do Programa "Brasília Sustentável".	0,00	5.433.200,00	3.287.886,48	2.908.681,48	0005
28204/6088 - Implantação da Unidade de Gerenciamento do Programa "Brasília Sustentável".	1.233.200,00	580.000,00	580.000,00	580.000,00	0021
3052 - Implantação do Projeto de Urbanização - "Programa Brasília Sustentável II"					
21206/0004 - Implantação do Projeto de Urbanização Nos Condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente- Programa Brasília Sustentável – ODM.	0,00	2.018.000,00	0,00	0,00	0006
28204/0003 - Implantação do Projeto de Urbanização Nos Condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente- Programa Brasília Sustentável – ODM.	2.168.000,00	0,00	0,00	0,00	0025
Total	24.628.000,00	40.434.163,00	12.575.026,12	9.726.322,35	

Fonte: SIGGO

VIII. Avaliação do Desempenho do Programa:

O desempenho do Programa Brasília Sustentável no exercício de 2011 ficou aquém do desejado e algumas metas estabelecidas não tiveram condições de serem cumpridas. Tal situação, no entanto, justifica-se em razão de imprevistos ocorridos no âmbito do Programa no decorrer do exercício, influenciando significativamente o andamento das ações que estavam em desenvolvimento, tais como:

i. Atraso nas obras de infra-estrutura da Vila Estrutural, como esgotamento sanitário, drenagem e pavimentação de vias, uma vez que houve interferências de moradores em pontos específicos;

ii. Atraso na construção das casas da Vila Estrutural uma vez que a Construtora teve problemas financeiros para a conclusão das obras;

iii. Dificuldades no reassentamento de famílias em área da Vila Estrutural, devido liminar expedida pelo juiz da Vara do Meio Ambiente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), que impediu o GDF de fazer qualquer realocação de moradores até que fosse esclarecida/solucionada a situação de segurança e saúde da área disponibilizada para o reassentamento. Essa Liminar foi cassada no início de dezembro de 2010; e

iv. Dificuldades na operacionalização financeira do Programa, devido à suspensão dos desembolsos de recursos externos, em cumprimento à Carta de Suspensão do Banco Mundial, ocorrida em 06 de maio de 2010, mudando a modalidade de liberação financeira ao Programa de “adiantamento” para “reembolso”, implicando na falta de recursos financeiros para honrar os compromissos assumidos, no devido tempo. Muitas licitações tiveram que aguardar a normalização dos fluxos financeiros, ocorrida apenas em setembro de 2011. Tal fato teve como consequência a desaceleração do ritmo de implementação do Programa.

Cabe ser esclarecido, no entanto, que a execução obtida foi efetiva e eficiente para assegurar a qualidade dos recursos hídricos com melhoria de qualidade de vida da população assistida, atendendo, em grande parte, os propósitos definidos no PPA.

IX. Ação 1260 - Implantação dos Sistemas de Planejamento e Gestão Territorial e Urbana do Programa "Brasília Sustentável"

i) Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade/Projeto

Projeto: Execução dos Serviços de Consultoria para Elaboração de Sistema de Informação: Base de Dados Georreferenciados Sobre Projetos Urbanísticos.

Descrição: Sistematizar dos instrumentos urbanísticos em vigor, por meio da criação de uma Base de Dados Georreferenciados dos Projetos Urbanísticos, contendo todos seus os parâmetros urbanísticos, visando das maior agilidade nas ações do Estado, no que diz respeito ao planejamento ordenamento territorial e monitoramento do uso e ocupação do solo.

Finalidade: Dotar a administração pública do Distrito Federal e os cidadãos de informações confiáveis e precisas, proporcionando maior rapidez nas consultas e na elaboração de pareceres técnicos, e ainda, subsidiar os gestores na tomada de decisão e no controle efetivo das ações relativas ao desenvolvimento das políticas urbana, habitacional, de meio ambiente, planejamento, gestão, desenvolvimento e ordenamento territorial.

Contratante: ADASA

Executora: SEDHAB

Competências institucionais requeridas para a execução da ação:

- Contrato de Empréstimo 7326-BR entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a República Federativa do Brasil;
- Decreto/DF nº 31.419, de 15 de março de 2010. Governo do Distrito Federal – GDF;
- Decreto/DF nº 31.710, de 25 de maio de 2010. Governo do Distrito Federal – GDF.

Público-alvo: Desse modo, a contratação de equipe técnica especializada para elaboração de uma Base de Dados Georreferenciados dos Projetos Urbanísticos se faz necessária no intuito de subsidiar a elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS e demais atribuições da SEMARH.

ii) Principais Resultados

O desenvolvimento desse trabalho contribui para a melhoria e aperfeiçoamento do sistema de gestão territorial do DF, proporcionando maior rapidez nas consultas e na elaboração de pareceres técnicos, por meio de uma ferramenta de fundamental importância para o monitoramento da ocupação do solo e do controle urbanístico.

iii) Contratações e Parcerias

Tabela 22: Contratação

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADO
CT 18/2009	Serviços de Consultoria para Elaboração de Sistema de Informação: Base de Dados Georreferenciados Sobre Projetos Urbanísticos	TOPCART

Fonte: Brasília Sustentável

X. Ação 1294 - Implantação do Projeto de Inclusão Social - Brasília Sustentável

i) Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade/Projeto

Para essa ação foram programados os seguintes projetos dentro dos componentes:

- ✓ Promover a capacitação dos Catadores (Construção do CTRS) em Licitação.
- ✓ Construir Centro de Triagem de Resíduos Sólidos (CT177/2009);
- ✓ Fornecimento de Equipamentos

Finalidade: Melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda da vila estrutural, que atualmente sobrevive em ambiente insalubre, bem como melhorar as condições de trabalho, sobrevivência e dignidade humana dos catadores de lixo que atualmente se utilizam do lixão da estrutural e não dispõem de urbanização adequada, promovendo a sua inclusão social.

Usuários: Indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal, que habitam o território de abrangência do CRAS.

Descrição: - Capacitação dos Catadores: Trata-se de Seleção para a contratação de serviços de consultoria técnica especializada para o título Capacitação e Articulação dos Catadores da Vila Estrutural para Atuarem na Implantação do Plano de Reciclagem e Coleta Seletiva, financiada com recursos do Banco Mundial.

- Construção de um Centro de Triagem de Resíduos Sólidos e Fornecimento de Equipamentos para o aparelhamento do Centro de Triagem.

Coordenador da Ação: João Carlos Maldini Quijano – Diretor Executivo do Programa Brasília Sustentável.

Unidades Executoras: NOVACAP/SEDEST

Competências institucionais requeridas para a execução da ação:

- Contrato de Empréstimo 7326-BR entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a República Federativa do Brasil;
- Decreto/DF nº 31.419, de 15 de março de 2010. Governo do Distrito Federal – GDF;
- Decreto/DF nº 31.710, de 25 de maio de 2010. Governo do Distrito Federal – GDF.

ii) Execução Orçamentário-Financeira

Não houve nenhuma execução.

Justificativa: Devido a morosidade na liberação do licenciamento ambiental para a implantação do CTRS, bem como pela demora nos procedimentos administrativos (definição do Projeto Básico – Especificações Técnicas; Estudo de Viabilidade; elaboração do Relatório de Topografia / Investigações Geotécnicas da Área; e Edital de Concorrência Pública, esta atividade ainda não foi iniciada. Será implementada no próximo ano com recursos do GDF.

XI. Ação 1295 - Implantação do Projeto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - "Brasília Sustentável"

i) Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade/Projeto

Finalidade:

- O objetivo é o financiamento de intervenções visando diminuir as cargas de poluição nos recursos hídricos na área de influência do Programa, com prioridade para as bacias do rio Descoberto e do Lago Paranoá.
- Tem como principal escopo o desenvolvimento de atividades de planejamento e propostas técnicas para o reordenamento urbano e proteção de áreas adjacentes da Vila Estrutural, visando mitigar os efeitos da degradação ambiental;
- melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda da vila estrutural, que atualmente sobrevive em ambiente insalubre, bem como melhorar as condições de trabalho, sobrevivência e dignidade humana dos catadores de lixo que atualmente se utilizam do lixão da estrutural e não dispõem de urbanização adequada, promovendo a sua inclusão social.

Descrição: Esta ação concentra grande parte dos projetos de infraestrutura e de meio ambiente do Programa. São os seguintes, os projetos de maior relevância:

Coordenador da Ação: João Carlos Maldini Quijano – Diretor Executivo do Programa Brasília Sustentável.

Unidades Executoras: ADASA; IBRAM; NOVACAP; CAESB; SEDHAB.

Competências institucionais requeridas para a execução da ação:

- Contrato de Empréstimo 7326-BR entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a República Federativa do Brasil;
- Decreto/DF nº 31.419, de 15 de março de 2010. Governo do Distrito Federal – GDF;
- Decreto/DF nº 31.710, de 25 de maio de 2010. Governo do Distrito Federal – GDF.

Público-alvo:

- As instituições do GDF relacionadas com o tema, responsáveis pela formulação de cenários e na proposição de diretrizes de ocupação do território, a partir das potencialidades e vulnerabilidades identificadas na etapa do diagnóstico.
- Habitantes do DF que dependem da aplicação de instrumentos jurídico-institucionais, técnico-operacional, e de informações de organização do território, contemplando as diferentes zonas por UTB.
- Habitantes da Vila Estrutural, no que diz respeito às obras de infraestrutura e equipamentos comunitários.

ii) Principais Resultados

(i) Os produtos resultantes dos serviços de consultorias contratados permitirão:

- a) Elaboração, em processo integrado e participativo, de Planos de Manejo das Áreas de Relevante Interesse Ecológico margem da Vila Estrutural e seus limites;
- b) Aperfeiçoamento e agilização dos procedimentos de licenciamento ambiental do IBRAM;
- c) Melhoria e aperfeiçoamento do sistema de gestão territorial do DF, através do ZEE, uma vez que o mesmo prevê a integração de informações biofísicas, socioeconômicas, culturais, institucionais e jurídicas, e a articulação entre diversas instâncias de governo, além da sociedade civil e setor privado, de forma a estabelecer um conjunto de estratégias e diretrizes que venham a subsidiar os demais instrumentos de gestão territorial, ambiental, urbanístico, rural, existentes e em elaboração;
- d) Implementação de ações voltadas para a regularização do núcleo urbano de São Sebastião e de sua inserção na formalidade, que estabeleçam o seu ordenamento territorial, garantido o respeito às condicionantes e às fragilidades ambientais da região e a sustentabilidade desejada e maior tranquilidade aos moradores, promovendo a urbanização e integração socioespacial dos habitantes dos assentamentos informais, gerando qualidade de vida;
- e) Elaboração de um plano de reversão de passivos, contendo o Plano de Gestão Ambiental de Obras e um Programa de Educação Ambiental que permita a adoção de medidas de controle ambiental e indicação das recuperações de áreas degradadas e recomposições paisagísticas de forma a promover a integração harmônica dos empreendimentos da CAESB à paisagem do DF;

iii) Dados Estatísticos – Evolução histórica do período 2009-2011

Tabela 23: Contratações

CONTRATO	OBJETO	EXECUÇÃO FÍSICA	
		ATÉ DEZ 2010	ATÉ DEZ 2011
CT 21/2009	Zoneamento Econômico e Ecológico do Distrito Federal		78%
CT 22/2009	Regularização Fundiária de São Sebastião		87%
CT 09/2011	Aperfeiçoamento dos Procedimentos de Licenciamento Ambiental do IBRAM – Consultoria	CT novo	90%
CT 10/2011	Aquisição de Softwares para IBRAM – Apoio Licenciamento Ambiental	CT novo	100%
CT 11/2011	Aquisição de Imagens para Sensoriamento Remoto IBRAM – Apoio Licenciamento Ambiental	CT novo	100%
CT 17/2011	Plano de manejo das Áreas de Proteção da Vila Estrutural;	CT novo	60%
CT 8132/2011	Sistema de Remoção de Macrófitas do Lago Paranoá	CT novo	80%
CT 7492/2008	Construção de Estações Elevatórias na VE – CAESB		100%
CT 7518/2008	Construção Rede Coletora de Esgotos VE		100%
CT 7869/2009	Certificação Ambiental - CAESB		100%
CT 8004/2010	Levantamento e tratamento de passivos ambientais da CAESB		100%
CT 8012/2010	Gestão e Preservação de Mananciais		100%
SBQC	Rezzoneamento da APA do São Bartolomeu	Ação nova	

Fonte: Brasília Sustentável

iv) Contratações e parcerias

Para realização da referida ação foram necessárias as seguintes contratações:

Tabela 24: Contratações

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADO
CT 21/2009	Zoneamento Econômico e Ecológico do Distrito Federal	GREENTEC
CT 22/2009	Regularização Fundiária de São Sebastião	TOPOCART
CT 09/2011	Aperfeiçoamento dos Procedimentos de Licenciamento Ambiental do IBRAM – Consultoria	INTERTOXX
CT 10/2011	Aquisição de Softwares para IBRAM – Apoio Licenciamento Ambiental	IMAGEM LTDA
CT 11/2011	Aquisição de Imagens para Sensoriamento Remoto IBRAM – Apoio Licenciamento Ambiental	IMAGEM LTDA
CT 17/2011	Plano de manejo das Áreas de Proteção da Vila Estrutural;	GREENTEC
CT 8132/2011	Sistema de Remoção de Macrófitas do Lago Paranoá	AQUARIUS
CT 7492/2008	Construção de Estações Elevatórias na VE – CAESB	COLMAR
CT 7518/2008	Construção Rede Coletora de Esgotos VE	ENGEMASA
CT 7869/2009	Certificação Ambiental - CAESB	METRO SERVICE
CT 8004/2010	Levantamento e tratamento de passivos ambientais da CAESB	NCA
CT 8012/2010	Gestão e Preservação de Mananciais	NCA
SBQC	Rezoneamento da APA do São Bartolomeu	Previsto 2012

Fonte: Brasília Sustentável

XII. Ação 1565 - Implantação do Projeto de Reforço Institucional - "Brasília Sustentável"

i) Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade/Projeto

Finalidade: Apoiar a criação e o fortalecimento de estruturas institucionais sólidas, para permitir que o SLU tenha condições de tomadas de decisões rápidas e oportunas com relação às questões metropolitanas, especialmente para promover um desenvolvimento urbano e ambiental com sustentabilidade.

Para essa ação foram programados os seguintes projetos dentro dos componentes:

- ✓ Estudo e Proposta de Reestruturação do SLU
- ✓ Planejamento Estratégico da ADASA – Em fase de contratação

Descrição:

- Estudo e Proposta de Reestruturação do SLU -

Essa atividade visa a elaboração de estudos e realizar diagnóstico da situação atual da organização e métodos do SLU visando a discussão e sugerir o modelo jurídico-institucional mais adequado para o funcionamento da Instituição, objetivando a melhoria do sistema de gestão integrada dos resíduos sólidos no Distrito Federal, conforme preconiza o Plano Diretor de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito Federal - PDRSU (Decreto nº 29.399, de 14 de agosto de 2008).

- Planejamento Estratégico da ADASA –

O processo de planejamento estratégico visa preparar a instituição para as mudanças no seu ambiente, considerando as variáveis tecnológicas, macro-econômicas, políticas e sociais do local em que está inserida. Trabalhará com a prospecção de cenários de médio e longo prazo, hipotetizando desafios, obstáculos e oportunidades que, alinhados, possibilitarão estabelecer estratégias de gestão coerentemente orientadas e que sirvam de base para os planos de ações da instituição.

Coordenador da Ação: João Carlos Maldini Quijano – Diretor Executivo do Programa Brasília Sustentável.

Unidades Executoras: ADASA/SLU

Competências institucionais requeridas para a execução da ação:

- Contrato de Empréstimo 7326-BR entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a República Federativa do Brasil;
- Decreto/DF nº 31.419, de 15 de março de 2010. Governo do Distrito Federal – GDF;
- Decreto/DF nº 31.710, de 25 de maio de 2010. Governo do Distrito Federal – GDF.

Público-alvo:

Estrutura Institucional da ADASA e do SLU

ii) Principais Resultados

(i) Relativos ao Estudo e Proposta de Reestruturação do SLU

Foram concluídos os produtos 1,2,3, e 4.

Resultado a ser alcançado:

Proposta de nova estrutura organizacional que atenda aos objetivos estratégicos, suficientemente flexíveis para acompanhar as mudanças de cenários, com foco na melhoria contínua.

A partir da definição do modelo de gestão e dos objetivos estratégicos serão implementadas as metas e os planos de ação traçados pela consultoria, de modo que sejam superados desafios, obstáculos ou restrições que se apresentem.

Deverá ser adotado, ainda, um sistema de indicadores, objetivando o acompanhamento da evolução da nova estrutura em funcionamento e dos novos processos definidos, de modo a apoiar as tomadas de decisão no novo modelo de gestão.

(ii) Planejamento Estratégico da ADASA (Etapa a ser iniciada, ainda sem execução)

A contratação de consultoria especializada em Gestão Estratégica possibilitará o envolvimento, a participação e a incorporação de conhecimentos na equipe de profissionais da ADASA, viabilizando o alinhamento de todas as ações atuais e futuras para as perspectivas da missão e visão, financeira, clientes/usuários, processos/meios/tecnologias e pessoas/inovação. Dentre outros resultados que advirão desta atividade, podem ser citados:

Estabelecimento de medidas para otimizar a eficiência e a eficácia das operações desenvolvidas pela ADASA e a efetividade das ações desempenhadas no âmbito dos seus beneficiários;

Alinhamento de perspectivas específicas da ADASA e de suas reguladas dentro de cenários de médio e longo prazos; definição de metas, projetos e ações prioritários para cada área e estabelecer claramente as atribuições dos atores envolvidos, dados os pontos de intervenção comum e complementaridade entre as áreas envolvidas;

iii) Contratações e Parcerias

Para o desenvolvimento das atividades relacionadas a esta ação orçamentária, o Programa contou com o seguinte Contrato:

Tabela 25: Contratação

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADO
CT 12/2011	Estudo e Proposta de Reestruturação do SLU	Ernst & Young

Fonte: Brasília Sustentável

XIII. Ação 1573 - Implantação da Unidade de Gerenciamento do Programa "Brasília Sustentável"**i) Dados Gerais da Ação**

Tipo: Atividade/Projeto

Implantação da Unidade de Gerenciamento do Programa; e contratação de Auditoria Independente.

Finalidade: Implantação de uma Unidade de Gerenciamento do Programa Brasília Sustentável com a finalidade de apoiar o GDF no gerenciamento das ações administrativas e operacionais do Programa, segundo as normativas operacionais do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial e as Diretrizes de Licitações pertinentes e realização de respectivas auditorias independentes, anuais.

Descrição: Contratação de uma Gerenciadora para apoiar a implantação de uma UGP para o Programa com a prestação de apoio técnico, que se dará de duas formas:

- Apoio técnico relacionados com os aspectos sociais e ambientais, durante a fase de projeto e implementação de obras na Vila Estrutural, para assegurar que os objetivos almejados sejam alcançados e que sua execução seja eficiente, tanto nos aspectos sociais quanto nos aspectos ambientais;

- Apoio Técnico através de consultores especializados nos temas dos estudos e de desenvolvimento institucional previstos no Programa que irão interagir de forma sistematizada com as demais entidades envolvidas para definir e elaborar os Termos de Referência destas atividades.

Coordenador da Ação: João Carlos Maldini Quijano – Diretor Executivo do Programa Brasília Sustentável.

Unidade Executora: ADASA

Competências institucionais requeridas para a execução da ação:

- Contrato de Empréstimo 7326-BR entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a República Federativa do Brasil;
- Decreto/DF nº 31.419, de 15 de março de 2010. Governo do Distrito Federal – GDF;
- Decreto/DF nº 31.710, de 25 de maio de 2010. Governo do Distrito Federal – GDF.

Público-alvo:

Entidades Executoras e Co-executoras do Programa.

ii) Principais Resultados**(i) Referente ao CT 04/2007 - Implantação da Unidade de Gerenciamento do Programa.**

Foi contratada a Empresa CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A que tem prestado continuado apoio à Unidade de Gerenciamento - UGP/ADASA na execução do Programa Brasília Sustentável, pelo desenvolvimento das seguintes atividades, estabelecidas no escopo do Contrato e respectivos Termos de Referência – TR:

- Gerenciamento Geral da Equipe;
- Apoio Técnico na Execução de Ações do Programa;
- Macroplanejamento;
- Planejamento e Programação Geral da Implantação do Programa;
- Apoio na Análise e Avaliação Final dos Projetos de Obras Apresentados;
- Operação do Sistema de Informações Gerenciais;
- Acompanhamento e Controle Licitações e Cronogramas Físico;
- Supervisão da Execução de Projetos e Obras;
- Acompanhamento e Controle Financeiro;
- Estudos Especiais; e
- Apoio Administrativo.

A execução dessas atividades por parte da Gerenciadora é objeto de minuciosos relatórios mensais de execução e fundamentam os Relatórios Semestrais de Progresso que são enviados ao Banco Mundial para seu conhecimento e análise. Vale ressaltar que o Relatório Semestral de Progresso consiste numa síntese das ações do Programa envolvendo todos os contratos de Consultorias, de bens, de obras o avanço de seus respectivos processos licitatórios, o avanço das metas físicas e financeiras no período, êxitos alcançados e dificuldades enfrentadas, que representam resultados diretos das ações de monitoramento e de planejamento da Gerenciadora.

O Banco Mundial, em suas missões de acompanhamento, tem registrado em suas ajudas-memória referências positivas aos trabalhos desenvolvidos pela Unidade de Gerenciamento do Programa, que é reflexo direto do eficiente trabalho desenvolvido pela Gerenciadora CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A., no apoio às atividades de gerenciamento do Programa.

(ii) Referente à Auditoria Independente.

O trabalho dos auditores tem servido para identificar, oportunamente, áreas relacionadas com a operacionalização do Programa que requerem a atenção da administração do mesmo.

Nesse sentido, o produto dos auditores tem expressado uma opinião profissional sobre (i) a situação financeira do Projeto ao final do período auditado (demonstrativos financeiros), (ii) a adequação dos controles internos e (iii) a conformidade do Contrato de Empréstimo com as leis e regulamentos aplicáveis do Banco Mundial, permitindo bom nível de segurança e transparência às ações físico-financeiras desenvolvidas pela UGP do Programa.

Os exames realizados pelos auditores, referente ao período de 2010, sob a responsabilidade da ADASA, concluem que os demonstrativos financeiros quando lidos em conjunto com as notas explicativas que os acompanham representam adequadamente em todos os seus aspectos relevantes a posição financeira do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, tendo sido expedida a seguinte Conclusão Geral:

“Os exames foram efetuados em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria governamental aplicáveis ao serviço público, os quais são compatíveis com as normas internacionais de auditoria, e/ou diretrizes do Banco Mundial. Os auditores examinaram as Demonstrações Financeiras do Projeto, compostas por: (i) Origens e Aplicações dos Recursos do Projeto (Fontes e Usos por Categoria) (ii) os demonstrativos dos Investimentos Acumulados do Projeto (por Categoria Gastos), (iii) demonstrativos de Retiradas de Caixa – Desembolsos (iv) conciliação da Conta Especial, (v) demonstrativo de projeção de caixa, (vi) declarações de gastos e (vii) as Notas Explicativas, e emitiram um **parecer único sem ressalvas**”.

Ressaltamos que o Relatório de Auditoria em pauta foi aceito pelo Banco Mundial e foram considerados de acordo com os Termos de Referência.

iii) Contratações e Parcerias

Para o desenvolvimento das atividades relacionadas a esta ação orçamentária, o Programa contou com o seguinte Contrato:

Tabela 26: Contratações

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADO
CT 004/2007	Implantação da Unidade de Gerenciamento do Programa	CONCREMAT
CT 04/2011	Auditoria Independente para o Programa (a iniciar)	Loundon Blomquist

Fonte: Brasília Sustentável

XIV. Ação 3052 - Implantação do Projeto de Urbanização - "Programa Brasília Sustentável II"

I. Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade/Projeto

Finalidade: Implantar o projeto de urbanização dos condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente - "Programa Brasília Sustentável II"

Projeto Não iniciado – Etapa Cancelada

Justificativa: Esta meta financeira constitui-se em previsão de aporte de recursos como contrapartida do GDF numa possível operação de crédito externa, que não ocorreu até a presente data. Por esta razão a execução da meta financeira desta ação está zerada.

3. Programas de Gestão de Políticas Públicas e de Apoio Administrativo

3.1. Programa – 0100 – Apoio Administrativo

I. Objetivo

Prover órgãos do Distrito Federal dos meios administrativos necessários para a implementação e gestão das ações responsáveis pela geração de bens e serviços ofertados diretamente à sociedade.

II. Execução orçamentária

Tabela 27: Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Executado	Liquidado	Etapa SAG
8502 - Administração de Pessoal.					
21206/8730 - Administração de Pessoal da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico Do Distrito Federal.	0,00	13.628.863,00	9.202.200,94	9.202.200,94	0007
28204/6083 - Administração de Pessoal da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico Do Distrito Federal.	17.684.448,00	4.055.585,00	4.055.583,98	4.055.583,98	0003
21206/8733 - Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Social.	0,00	1.361.919,00	1.098.989,47	1.098.989,47	0008
28204/8702 - Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Social.	1.365.552,00	503.633,00	503.632,38	503.632,38	0004
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais.					
21206/9649 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal.	0,00	5.062.601,00	2.367.431,79	1.989.169,09	0009
28204/6084 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal.	4.011.990,00	873.389,00	846.032,38	845.852,33	0005
Total	23.061.990,00	25.485.990,00	18.073.870,94	17.695.428,19	

Fonte: SIGGO

III. Ação 8502 – Administração de Pessoal

i) Detalhamento da ação

Tipo: Atividade

Finalidade: A administração de pessoal possui como funções básicas, atualmente na agência, o controle de frequência, cálculo de vencimentos, remunerações, recolhimento de impostos, benefícios, exonerações outros pagamentos previstos em legislação aplicada ao caso, perfazendo o processo de lançamento em folha de pagamento desses valores, ação esta diretamente vinculada a administração contábil-financeira da agência. Além disso, a unidade responsável necessita estar constantemente a par de modificações legais, informar e efetuar as mudanças necessárias com agilidade e precisão.

Descrição: Agregação de despesas de natureza de pessoal. Essas despesas compreendem: vencimentos, remunerações, recolhimento de impostos, benefícios, indenizações, gratificações e rescisões contratuais.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: e Superintendência de Administração e Finanças – SAF.

Coordenador da ação: Leosmar Litran dos Santos.

Responsável pelo processo de Gestão de Pessoas: Helenice Maria da Silva.

Unidades Executoras: SAF.

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: art. 24 do Regimento Interno da ADASA.

ii) Principais resultados

Os gastos com o custeio de pessoal da agência praticamente se resumem em pagamentos a servidores ativos constantes do quadro, pessoal terceirizado e rescisões contratuais.

iii) Contratações e Parcerias

Para alcance de sua finalidade a ADASA, mantém o contrato com empresa de alimentação que fornece seguir as principais contratações.

Tabela 28: Contratação

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADO
01/2010	Fornecimento de Vales refeição e alimentação	SODEXO

Fonte: SAF

IV. Ação 8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais

I. Detalhamento da ação

Tipo: Atividade

Finalidade: Ter um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da ADASA, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: Agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF.

Coordenador da ação: Leosmar Litran dos Santos

Unidades Executoras: SAF

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: art. 24 do Regimento Interno da ADASA.

II. Principais resultados

Essas despesas no exercício compreenderam: serviços administrativos; manutenção e uso de frota veicular de terceiros; manutenção e conservação de imóveis cedidos; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

III. Contratações e Parcerias

Os gastos com o custeio administrativo da ADASA praticamente se resumem em pagamentos a terceiros, pessoal terceirizado e contratos administrativos de duração continuada para apoio, manutenção e conservação da Unidade. A seguir as principais contratações.

Tabela 29: Contratações

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADO
021/2010	Serviço de telefonia móvel	14 Brasil Telecom Celular S/A
001/2011	Serviço telefônico de longa distância	EMBRATEL – Empresa Bras.de Telecomunicações
012/2010	Locação de equipamentos de cópia e impressão de documentos	Hora H – Treinamento e Informática Ltda
S/N/2011	Serviços postais, telemáticos e adicionais, nas modalidades nacional e internacional.	ECT – Empresa Bras.de Correios e Telégrafos
002/2010	Serviços de mão de obra de copeira e garçom	Ipanema Emp.de Serv.Gerais e Transportes Ltda
006/2010	Serviços de manutenção de aparelhos de ar condicionado	Liga Engenharia, Ind. e Comércio Ltda
005/2011	Serviços de fornecimento de jornais e revistas	ECS – Comércio e Distribuição de Periódicos Ltda
005/2009	Locação de veículos automotores	BRUNAUTO Transportes Ltda
008/2010	Serviços de edição e distribuição de clipping	Sérgio Machado Reis Ltda - ME
007/2008	Serviços de vigilância	Aval Empresa de Segurança Ltda
013/2011	Serviços de entrega de documentos por motomensageiro	L & M Conservação e Obras Ltda - EPP
016/2011	Serviços de apoio técnico e administrativo e de saúde	CONFERE Com. e Serv. De A. e P. de Seg.Elet. Ltda
019/2011	Serviços de manutenção de central telefônica	Connec Telecomunicações e Informática Ltda - EPP
011/2010	Serviços de fornecimento de livros	Books Online Distribuidora Ltda
013/2009	Serviços de telefonia fixa	GVT – Global Village
015/2009	Serviço telefônico fixo comutado – DDD e DDI	Brasil Telecom S/A
024/2011	Fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais	Santa Edwirges Turismo Ltda - ME
018/2011	Prestação de serviços de conectividade IP – Internet Protocol	GVT – Global Village
008/2011	Contratação de estagiários	STAG – Central de Estágios Ltda
018/2010	Contratação de Serviços de Eventos	Front Propaganda Ltda

Fonte: SAF

3.2. Programa – 0750 – Gestão de Pessoas

I. Objetivo

Implementar políticas públicas orientadas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências individuais - conhecimentos, habilidades e atitudes, com ampliação do nível de escolaridade, profissionalização, valorização e reconhecimento, bem como a melhoria da qualidade de vida no trabalho, no intuito de estimular o envolvimento e o comprometimento aos princípios basilares de administração pública, de um estado ágil, moderno e integrado à sociedade.

II. Execução orçamentária

Tabela 30: Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Executado	Liquidado	Etapa SAG
2655 - Capacitação de Recursos Humanos.					
21206/8432 - Capacitação de Recursos Humanos da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal.	0,00	430.000,00	168.768,02	167.568,02	0016,0017
28204/6167 - Capacitação de Recursos Humanos da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal.	450.000,00	20.000,00	19.999,52	19.999,52	0006
8504 - Concessão de Benefícios a Servidores.					
21206/9560 - Concessão de Benefícios Aos Servidores da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal.	0,00	577.448,00	252.194,79	252.194,79	0010,0011,0012
28204/6987 - Concessão de Benefícios Aos Servidores da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal.	885.000,00	307.552,00	307.550,78	307.550,78	0013,0014,0015
Total	1.335.000,00	1.335.000,00	748.513,11	747.313,11	

Fonte: SIGGO

III. Ação 2655 – Capacitação de Recursos Humanos

i) Detalhamento da ação

Tipo: Atividade

Finalidade: Refere-se às políticas e práticas necessárias para capacitar, fomentar competências, desenvolver habilidades e atitudes necessárias à plena atuação da agência.

Descrição: Conjunto de decisões integradas sobre as relações de emprego que influenciam a eficácia dos servidores e por consequência da agência; estão relacionadas com provisão, treinamento, desenvolvimento, motivação e manutenção dos empregados.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF.

Coordenador da ação: Leosmar Litran dos Santos

Responsável pelo processo: Ana Paula Muzzi

Unidades Executoras: SAF

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: art. 24 do Regimento Interno da ADASA.

ii) Principais resultados

Para o exercício de 2011, a programação de Capacitação dos Servidores da ADASA foi fundamentada em quatro eixos de conhecimento que direcionaram a ação:

- ✓ Capacitação Corporativa;
- ✓ Capacitação Gerencial;
- ✓ Capacitação Técnico-Operacional;
- ✓ Capacitação Geral, Seminários e Congressos.

A Capacitação Corporativa corresponde a treinamentos dirigidos para a formação de conhecimentos em grandes especialidades, propiciados pelos cursos de média e longa duração, tais como especialização, MBA, pós-graduação e mestrado.

A Capacitação Gerencial é orientada para a reciclagem, formação e especialização de gerentes e futuros substitutos nas atividades administrativas da gestão da Agência. Geralmente são cursos de curta e média duração.

A Capacitação Técnico-Operacional é orientada para a melhoria do “saber e do fazer”, de forma a aprimorar os processos de trabalho no que tange sua eficácia e eficiência. Assim como a Capacitação Gerencial, eles são de curta e média duração.

A Capacitação Geral é orientada para atender as necessidades complementares para permitir a sua empregabilidade interna e a representatividade da Agência no ambiente externo. É, normalmente, de média e longa duração.

Cada um desses eixos indica em que área de conhecimento o curso se classifica, tornando os processos de análise e escolha mais práticos.

No exercício, os servidores capacitados participaram de eventos, tais como, cursos, fóruns, seminários, congressos e simpósios, subdivididos em eventos “com” e “sem” ônus, nas áreas meio e fim, fundamentando-se pela necessidade da Agência em contar com pessoal qualificado em seu quadro funcional, de forma a dar suporte ao cumprimento da sua missão institucional, como segue:

Tabela 31: Participação de Servidores em Eventos de Capacitação

Evento (por eixo)	Com ônus	Sem ônus	Total
Capacitação Corporativa	15	-	15
Capacitação Gerencial	21	6	27
Capacitação Técnico-Operacional	51	8	59
Capacitação Geral, Seminários e Congressos.	54	-	54
Totais	141	14	155

Fonte: SAF

Com relação à Capacitação Corporativa, vale ressaltar, que no exercício 6 servidores foram selecionados no processo seletivo do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz no Projeto Pedagógico para o Mestrado Profissional em “Gestão e Regulação de Serviços Públicos de Saneamento Básico”. O curso tem como objetivo apresentar o aparato jurídico institucional que rege a gestão de serviços públicos no Brasil a partir de 1988, com ênfase em saneamento básico. Discutir os principais instrumentos de gestão pública e de implementação de políticas públicas para este setor. Apresentar as diferentes metodologias de avaliação dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, rede de drenagem e manejo de resíduos sólidos com ênfase na qualidade da prestação de serviços e principais impactos gerados pela ação do Estado nas esferas estaduais e municipais.

Registre-se, também, que no exercício 8 servidores foram selecionados para participarem de cursos de Pós Graduação na modalidade de Especialização *Latu Sensu* em Direito Administrativo.

iii) Contratações e Parcerias

Nesta ação os pagamentos referem-se a contratos administrativos para elaboração e execução de treinamentos, capacitação e pagamento de diárias e passagens a servidores da ADASA. A seguir as principais contratações.

Tabela 32: Contratações

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADO
1013 e 1015/10	Mestrado Planejamento e Gestão Ambiental	Universidade Católica
07/2011	Prestação de serviços de apoio e logística à administração do Projeto "Curso de Mestrado Profissionalizante sobre Gestão e Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico"	Fundação para o Desenv. Científico e Tec. em Saúde-FIOTEC
26/11	Reunião da Diretoria da ABAR - RJ	Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR
46/11	Reunião da Câmara Técnica de Saneamento Básico da ABAR -SP	Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR
47/11	Reunião NARUC - Washington -DC - EUA	National Association of Regulatory Utility Commissioners
58/11	Conferência Internacional de Benchmarking Valência - Espanha	Universitat Politècnica de València
143/11	Reunião na Eletrobrás - RJ	Eletrobrás
176/11	Palestra Controle de perdas realizado nos sistemas de abastecimento de água da SANASA	SANASA
206/11	4º Reunião da Câmara Técnica de Saneamento da ABAR - CE	Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR
207/11	Reunião Extraordinária do CBH - Paranaíba	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba - CBH
225/11	Mapeamento da estratégia com Balanced Scorecard em Organizações Públicas	Tantum Group Consultoria Empresarial LTDA
227/11	41ª Assembleia Nacional da ASSEMAE em Campinas - SP	ASSEMAE
233/11	Reunião Técnica da ABAR - CE	Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR
281/11	VII Fórum sobre Agências Reguladoras - RJ	Instituto Brasileiro de Direito Público- IBDP
282/11	VII Fórum sobre Agências Reguladoras - RJ	Instituto Brasileiro de Direito Público- IBDP
283/11	VII Fórum sobre Agências Reguladoras - RJ	Instituto Brasileiro de Direito Público- IBDP
348/11	Workshop Internacional Aproveitamento energético do biogás de aterros sanitários	Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais
362/11	Curso de Gestão de Recursos Hídricos	ABES
364/11	Padrões de potabilidade de água - O que são e como são derivados	ABES
365/11	Oficina sobre Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba - GO	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba - CBH
390/11	Web Designer	Mundo da Web
391/11	Alinhamento de desdobramento da Estratégia em organizações públicas	Tantum Group Consultoria Empresarial LTDA
418/11	Direito Administrativo com ênfase em Gestão pública	Instituto Brasiliense de Pós Graduação e Extensão LTDA
420/11	41ª Assembleia Nacional da ASSEMAE em Campinas - SP	ASSEMAE
421/11	Análise de processo aplicada à auditoria e aos controles internos	Instituto de Desenvolvimento Empresarial- IDEMP
422/11	Manejo de águas pluviais	ABES
428/11	XIV Congresso Mundial da Água	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federação de Pernambuco
469/11	Prática de processo administrativo disciplinar e sindicância, Inquérito e técnicas de entrevista	CONSULTRE – Consultoria e Treinamento
472/11	1º Seminário Internacional de Sustentabilidade em estação de tratamento de esgotos	ABES
474/11	Distribuição de Gás Natural	ABEGÁS
475/11	Reunião com representantes da ABNT	ABNT
486/11	2º Curso de Atualização em Direito e Administração de águas no Brasil	Acqua Eventos LTDA
488/11	6º Forum Nacional Competências e gestão por resultados	Escola de Negócios Conexões Educação Empresarial
527/11	Tomada de contas especial - Apuração de responsabilidade	Lex Editora
532/11	5ª Reunião da Câmara Técnica de Saneamento da ABAR	Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR
553/11	O impacto da Lei 12.349 de 15/12/10	One Cursos Treinamento e Desenvolvimento
582/11	Regulação Econômica com foco na Indústria de Gás Natural	Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis -IBP
629/11	Especialização Latu Sensu - Direito Administrativo	Instituto Brasiliense de Pós Graduação e Extensão LTDA

630/11	Especialização Latu Sensu - Direito Administrativo	Instituto Brasileiro de Pós Graduação e Extensão LTDA
631/11	Especialização Latu Sensu - Direito Administrativo	Instituto Brasileiro de Pós Graduação e Extensão LTDA
699/11	Regulação Teoria e Prática - PRO- REG	PRO-REG
700/11	Missão ao Reino Unido para empresas interessadas em tecnologia de baixo carbono como alternativas para o tratamento do lixo urbano	Governo Britânico
749/11	Curso de Distribuição de Gás Natural	ABEGÁS
751/11	II Congresso Internacional de Meio Ambiente Subterrâneo	Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - ABAS
756/11	VII Congresso de Brasileiro de Regulação	Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR
780/11	Tradução das normas ISO 24500 - ABNT	ABNT
781/11	Comissão de estudos ABNT sobre Texto final das normas ISO 24500 - ABNT	Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina- AGESAN
845/11	Aspectos controvertidos e Polêmicos das Licitações	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos
855/11	Curso de Licitação e Contratação de Serviços de Publicidade de acordo com a Lei 12.232 de 29/04/2010	One Cursos Treinamento e Desenvolvimento
857/11	26º Congresso Brasileiro de Eng. Sanitária e Ambiental	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES
859/11	7º Seminário Nacional de Ouvidores e Ouvidoria	Instituto Brasileiro Pro Cidadania
861/11	II Congresso Internacional de Meio Ambiente Subterrâneo	Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - ABAS
864/11	1º Encontro de Usuários de ESRI - Brasil	Gartner do Brasil Serviços de Pesquisa LTDA
867/11	Ind. Desemp. Serv. Abast. de água e esgotamento Sanitário	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE
872/11	Gestão Orçamentária e Financeira	Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
898/11	Curso Pré- Congresso "O uso de incentivos e Benchmarking na Regulação de Serviços de Saneamento Básico"	Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR
925/11	26º Congresso da ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES
1003/11	2ª Oficina do grupo de trabalho agência e cobrança GTAC do CBH-Paranaíba	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba - CBH
1009/11	Curso de Execução Orçamentária e Contabilidade Pública	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos
1013/11	Curso Pregão Week 2011 – Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão	NP- Eventos e Serviços LTDA
1014/11	Reunião da Comissão de Estudos Especial de serviços de Abastecimento de água e Esgotamento sanitário	ABNT
1018/11	Curso Pré- Congresso "O uso de incentivos e Benchmarking na Regulação de Serviços de Saneamento Básico"	Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR
1027/11	Curso Pré- Congresso "O uso de incentivos e Benchmarking na Regulação de Serviços de Saneamento Básico"	Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR
1028/11	26º Congresso da ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES
1045/11	Fiscalização de Contratos	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos
1067/11	XIX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos	Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH
1068/11	XIX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos	Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH
1072/11	Fiscalização de Contratos	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos
1105/11	Reunião e visita técnica sobre Gerenciamento de recursos hídricos, comitês de bacias e resíduos sólidos	UNESCO
1156/11	Visita técnica Huawei Symantec do Brasil CDC	Faculdade Mackenzie
1220/11	Visita técnica a ARSEP	Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP
1296/11	Participação da Assembléia Geral e Reunião da ABAR	Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR
1297/11	Participação da Assembléia Geral e Reunião da ABAR	Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR
1304/11	7ª Reunião da Câmara Técnica de Saneamento da ABAR	Associação Brasileira de Agência de Regulação - ABAR
1372/11	87ª Reunião da Câmara Técnica do CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos

1375/11	Participação Reunião da Comissão de estudo especial Serviços de abastecimento de água e esgotamento	ABNT
1383/11	Seminário Benchmark - Melhores Práticas PNQS 2011 e no Seminário Inovação da Gestão em Saneamento-IGS	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES
1407/11	Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos
1418/11	Curso ITIL V3 FOUNDATIONS (curso de TI)	Mindworks Tecnologia LTDA
1481/11	Discussão do Plano de recursos Hídricos do Paranaíba	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba – CBH
1494/11	Visita Técnica às ATTR'S	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de São Paulo - SEMARH

Fonte: SAF

IV. Ação 8504 – Concessão de Benefícios a Servidores

i) Detalhamento da ação

Tipo: Atividade

Finalidade: Refere-se às políticas e práticas necessárias à assistência suplementar à alimentação e concessões de auxílios creche e transporte.

Descrição:

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF.

Coordenador da ação: Leosmar Litran dos Santos

Responsável pelo processo: Helenice Maria

Unidades Executoras: SAF

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: art. 24 do Regimento Interno da ADASA.

3.3. Programa – 1501 – Defesa e garantia dos direitos humanos

I. Objetivo

Prevenir e combater as diferentes formas de ameaças e violação de direitos humanos no Distrito Federal.

II. Execução orçamentária

Tabela 33: Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Executado	Liquidado	Etapa SAG
2426 - Manutenção do Programa Reintegra Cidadão.					
21206/8394 - Manutenção do Programa Reintegra Cidadão da Adasa.	0,00	70.000,00	19.179,18	16.273,33	0019
28204/0022 - Manutenção do Programa Reintegra Cidadão da Adasa.	100.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0007
Total	100.000,00	100.000,00	49.179,18	46.273,33	

Fonte: SIGGO

III. Ação 8504 – Manutenção do Programa Reintegra Cidadão**i) Detalhamento da ação**

Tipo: Atividade

Finalidade: Trata-se de programa de política pública, voltado para reinserção social de sentenciados dos regimes semiaberto e aberto, promovendo o combate às diferentes formas de ameaças e violações de direitos humanos no DF.

Descrição: Consubstancia-se na contratação (via contrato com a FUNAP) de sentenciados pela justiça, para prestação de apoio a serviços administrativos de menor complexidade e serviços gerais nas dependências da ADASA.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Superintendência de Administração e Finanças – SAF.

Coordenador da ação: Leosmar Litran dos Santos.

Responsável pelo processo: Augusta Gonçalves de Oliveira Dantas.

Unidades Executoras: SAF.

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: art. 24 do Regimento Interno da ADASA.

ii) Principais resultados

Suprir a Agência de apoio aos serviços administrativos de menor complexidade e serviços gerais nas suas dependências.

iii) Contratações e Parcerias

Para alcance das finalidades do referido programa a ADASA, mantém o contrato com FUNAP que encaminha sentenciados conforme descrito a seguir.

Tabela 34: Contratação

CONTRATO	OBJETO	Nº DE SENTENCIADOS
005/2008	Locação de mão-de-obra de 06 (seis) setenciados do regime semi-aberto ou detento do sistema penitenciário do DistritoFederal	06

Fonte: SAF

3.4. Programa – 3000 – Administrando nossa cidade**I. Objetivo**

Melhorar a qualidade de vida da comunidade visando o bem-estar social.

II. Execução orçamentária

Tabela 35: Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Executado	Liquidado	Etapa SAG
1984 - Construção de Prédios e Próprios.					
21206/9739 - Construção do Edifício Sede da Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico do Df – Adasa.	0,00	5.900.000,00	0,00	0,00	0031
3903 - Reforma de Prédios e Próprios.					
21206/9673 - Reforma da Sede da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal.	0,00	1.651.840,00	34.248,00	14.448,00	0026
28204/7881 - Reforma da Sede da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal.	152.251,00	0,00	0,00	0,00	0012
Total	152.251,00	7.551.840,00	34.248,00	14.448,00	

Fonte: SIGGO

III. Ação 1984 – Construção de Prédios e Próprios

i) Detalhamento da ação

Tipo: Projeto

Finalidade: Aquisição de terreno e construção de Edifício afetado ao poder público, com vistas a instalação de órgãos e entidades da Administração Pública do DF.

Descrição: Aquisição de imóvel e contratação de obras e serviços de engenharia, para a construção do edifício Sede da ADASA, proporcionado a adequação de suas instalações para consecução de suas atividades meio e fim.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Superintendência de Administração e Finanças – SAF.

Coordenador da ação: Leosmar Litran dos Santos.

Unidades Executoras: SAF.

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: art. 24 do Regimento Interno da ADASA.

ii) Principais resultados

Os gastos com a compra do terreno e com a contratação de obras de construção e serviços de engenharia possibilitarão a ampliação e a melhoria das instalações da ADASA, proporcionando mais conforto aos servidores e, conseqüentemente, uma melhora na prestação dos serviços à população do Distrito Federal.

IV. Ação 3903 – Reforma de Prédios e Próprios

i) Detalhamento da ação

Tipo: Projeto

Finalidade: Melhoria de prédios e próprios do governo, com vistas a preservar o patrimônio público, bem como propiciar a ocupação de imóveis por órgãos e entidades da Administração Pública do DF.

Descrição: Contratações de obras de reforma e serviços, para promover a reforma de parte da ala norte da rodoferroviária, possibilitando a adequação das instalações da ADASA, para consecução de suas atividades meio e fim.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Superintendência de Administração e Finanças – SAF.

Coordenador da ação: Leosmar Litran dos Santos.

Responsável pelo processo: Nelson Gomes Moço Neto

Unidades Executoras: SAF.

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: art. 24 do Regimento Interno da ADASA.

ii) Principais resultados

Os gastos com as obras de reforma e serviços contratados possibilitaram a ampliação e a melhoria das instalações da ADASA, proporcionando mais conforto aos servidores e, conseqüentemente, uma melhora na prestação dos serviços à população do Distrito Federal.

iii) Contratações e Parcerias

Para alcance de sua finalidade a ADASA, mantém o contrato com empresa de engenharia e arquitetura.

Tabela 36: Contratação

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADO
021/2011	Serviços de elaboração de estudos e projetos de engenharia elétrica e hidrossanitária, telefonia, lógica e de ar condicionado, com vistas a reforma em parte da Ala Norte do Terminal Ferroviário de Brasília para ampliação das instalações da ADASA	Cristofer Luiz Theodoroviz – Conceito Engenharia

Fonte: SAF

3.5. Programa – 0001 – Operação Especial

I. Objetivo

Identificar atividades especiais desenvolvidas no âmbito do Distrito Federal como o custeio de PASEP e outros.

II. Execução orçamentária

Tabela 37: Execução Orçamentaria e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
9033 – Formação do Patrimônio do Servidor.					
21206/9549 – Formação do Patrimônio do Servidor Público da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal.	0,00	820.000,00	273.602,62	241.006,61	0027
28204/6970 - Formação do Patrimônio do Servidor Público da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal.	400.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	0001
9050 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições.					
21206/7034 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal.	0,00	441.173,84	365.624,85	365.624,85	0028
28204/6102 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal.	650.000,00	113.200,00	113.198,64	113.198,64	0002
Total	1.050.000,00	1.454.373,84	832.426,11	799.830,10	

Fonte: SIGGO

III. Ação 9033 – Formação do Patrimônio Servidor

Tipo: atividade

Finalidade: Formação do patrimônio do servidor público.

Descrição: recolher contribuição patronal para o regime próprio de previdência social.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Superintendência de Administração e Finanças – SAF.

Coordenador da ação: Leosmar Litran dos Santos.

Unidades Executoras: SAF.

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: art. 24 do Regimento Interno da ADASA.

IV. Ação 9050 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições

Tipo: atividade

Finalidade: Ressarcimento, indenização e restituição a servidores.

Descrição: Efetuar ressarcimentos em relação a requisição de servidores, bem como servidores da ADASA.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Superintendência de Administração e Finanças – SAF.

Coordenador da ação: Leosmar Litran dos Santos.

Unidades Executoras: SAF.

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: art. 24 do Regimento Interno da ADASA.

3.6. Programa 3200 – Divulgação oficial

I. Objetivo

Levar à sociedade informações sobre os serviços regulados e fiscalizados pela ADASA, utilizando os mecanismos de comunicação: notícias, informes e campanhas de publicidade (institucional e educativa).

II. Execução orçamentária

Tabela 38: Execução Orçamentaria e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
8505 - Publicidade e Propaganda.					
21206/8691 - Publicidade de Utilidade Pública da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal.	0,00	1.630.000,00	1.355.000,00	976.365,59	0027
28204/6097 - Publicidade de Utilidade Pública da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico do Distrito Federal.	1.000.000,00	166.667,00	166.667,00	166.667,00	
21206/8703 - Publicidade Institucional da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico Do Distrito Federal.	0,00	833.333,00	833.333,00	694.053,18	0001
28204/7905 - Publicidade Institucional da Agência Reguladora de Águas, Energias e Saneamento Básico Do Distrito Federal.	1.020.000,00	170.000,00	170.000,00	170.000,00	
Total	2.020.000	2.800.000	2.525.000	2.007.085,77	

Fonte: SIGGO

III. Ação 8505 – Publicidade e Propaganda

i) Detalhamento da ação

Tipo: Atividade

Finalidade: Informar à sociedade sobre os serviços regulados, fiscalizações e conscientizações, utilizando mecanismos de comunicação notícias, informes e campanhas de publicidade (institucional e educativa).

Descrição: Se constitui da gestão de contratos de empresa especializada em comunicação, para atender dentro dos preceitos do Decreto nº 32775/2011 as demandas das várias unidades administrativas da ADASA em processos e procedimentos que necessitem da utilização de publicidade institucional ou de utilidade pública.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Diretoria Colegiada.

Coordenador da ação: Carlos Pinheiro dos Santos Bastos Neto.

Responsável pelo processo: Rildo Marques

Unidades Executoras: Assessoria de Comunicação e Superintendências.

ii) Principais resultados

A ADASA publica anualmente o Plano Anual de Publicidade, que prevê, além das inserções de caráter legal (audiências públicas, editais, etc.), a realização de campanhas de utilidade pública e institucional. Essas ações visam informar a sociedade sobre temas pertinentes às competências da ADASA, bem como prestar conta dos atos da Agência.

De janeiro a dezembro parte dos recursos de publicidade foram aplicados em publicação de editais, apoio às audiências públicas, eventos significativos como o da semana da água, elaboração de documentários educativos – sobre lagoas e cachoeiras, folders, folhetos, catálogos e cartilhas sobre o uso racional da água.

A estratégia de comunicação planejada para o ano de 2011 focou os eventos de caráter institucional, como o VI Congresso da Associação Brasileira de Agências Reguladoras – ABAR e os eventos de cunho comemorativos como a semana da água, *clean up day* e dia do lago limpo, eventos específicos no Lago Paranoá.

Figura 5 – Stand no Congresso da ABAR



Fonte: ACS

No congresso da ABAR, em setembro, a agência foi responsável pela organização do evento que, pela primeira vez teve a participação do governador do Distrito Federal, o apoio da casa civil da presidência da república e representantes do executivo, legislativo e judiciário. Para recepcionar o público foi montado um stand com tecnologias de interatividades para demonstrar por meio de jogos os serviços prestados pela ADASA.

No caso das ações de recursos hídricos a finalidade foi conscientizar a população sobre a importância da preservação dos recursos hídricos (racionalização de seu uso) e as melhorias orientadas para a sustentabilidade e qualidade da água e dos serviços públicos de abastecimento de água prestado à população do Distrito Federal. Os temas de campanhas publicitárias tiveram a seguinte abordagem:

- (i) campanha Institucional – reforçar a imagem da ADASA no seu papel de agente regulador e fiscalizar dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário e de drenagem e saneamento básico;
- (ii) campanhas de Utilidade Pública (Educativas) – Uso Racional da Água (superficial e subterrânea), Recadastramento de Usuários dos Recursos Hídricos, Comitês de Bacias, Educação Sanitária de Saneamento Básico, Dia Mundial da Água, entre outras.

Figura 6 – Semana da água - 2011



Fonte: ACS

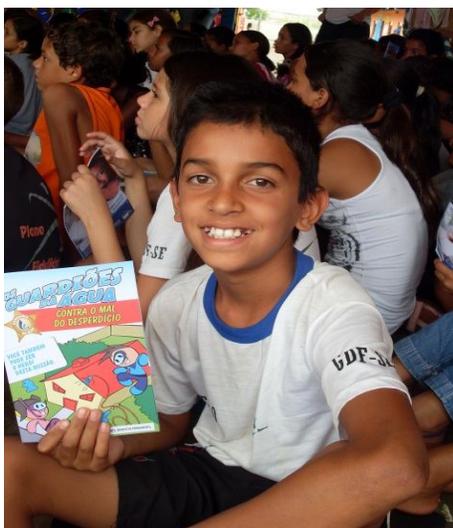
A semana da água, em março, foi organizada pela ADASA no Parque da Cidade e contou com a presença do Governador, inclusive participando da “Corrida das Águas” com aproximadamente 1.200 participantes. Este evento contou com o apoio de vários órgãos do DF e com a participação de todos os servidores da Agência, reunindo mais de três mil pessoas no Parque da Cidade.

O evento contou com a participação de 14 escolas públicas (cerca de 1.500 alunos do ensino fundamental), com entrega de prêmios para as melhores redações aos estudantes que participaram do concurso de redação com o tema “Futuro das Águas” e premiação do melhor projeto de uso da água no campo.

O Programa “ADASA na Escola” foi lançado nas comemorações do Dia Mundial da Água 2010, com objetivo de promover e implantar a Educação Ambiental Hídrica para chamar atenção da população a conservação do bem natural mais importante da humanidade – ÁGUA, junto à rede pública e privada do Ensino Infantil (3ª e 4ª séries) do Distrito Federal, fortalecendo a missão institucional desta agência de regular os usos das águas e dos serviços públicos desse ente federado.

A meta do Programa é orientar com palestras educativas alunos, bem como capacitar diretores, professores, coordenadores, tornando-os agentes multiplicadores da visão do Uso Racional de Recursos Hídricos – USO CONSCIENTE, BENEFÍCIO PERMANENTE com metodologia específica, utilizando estratégia didático-pedagógico. O material didático básico do projeto é constituído por cartilhas – **Guardião da Água**, CD’s educativos (Lagoas e Cachoeiras) e brindes diversos.

Figura 7 – Premiação Guardiões da Água



Fonte: ACS

O prêmio Guardiões da Água, instituído pela Superintendência de Recursos Hídricos da ADASA manteve o objetivo de premiar ações e iniciativas voltadas para a preservação e uso racional dos recursos hídricos do Distrito Federal.

Em sua segunda edição, em março de 2011, o prêmio contemplou três projetos desenvolvidos por Devanir Fernandes Rodrigues, Leonice Bertollo Wagner e José Luciano Zeferino, indicados pelos comitês de bacia da região (Paranoá, Preto e Maranhão).

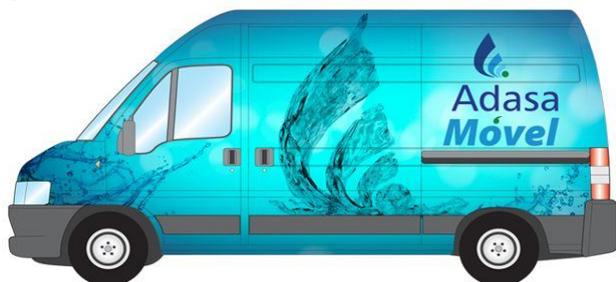
Figura 8 – Campanha Lago Limpo



Fonte: ACS

Em setembro a ADASA participou como parceira do evento *clean up day* e em outubro foi responsável pela organização do evento orientado para a limpeza do lago, com a participação de estudantes e de mergulhadores para retirar lixo do fundo do lago.

Figura 9 – ADASA Móvel



Fonte: ACS

Outro fato marcante na divulgação da imagem e serviços da ADASA foi a aquisição do ADASA MÓVEL, veículo destinado a percorrer comunidades, escolas, inaugurações de obras e outras utilidades de forma a melhor atender a população do Distrito Federal.

A Assessoria de Comunicação e Imprensa - ACS, o setor responsável pela coordenação às atividades pertinentes à imagem da ADASA junto à sociedade, com foco nas ações regulatórias e de fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento básico e energia, produziu 480 textos jornalísticos. Além da veiculação no site, essas matérias foram distribuídas à mídia. Ao aproveitar esse material – jornais, rádios e televisões levaram à população informações sobre ações da ADASA. Para o público interno, foram publicadas 25 edições do Informe ADASA, boletim de circulação bimensal, via internet.

iv) **Contratações e Parcerias**

Para realização da referida ação foi necessário a contratação que se segue:

Tabela 39: Contratação

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADO
9/2008	Empresa especializada em propaganda e publicidade	Rocha Propaganda e Marketing Ltda.

Fonte: SAF

4. Projetos especiais

4.1. Acordo de Cooperação Técnica ADASA/UNESCO

É importante destacar o Acordo de Cooperação Técnica Internacional para Desenvolvimento de Estudos e Organização Institucional da ADASA (denominado PRODOC), com a contratação pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO. Os objetivos desta cooperação técnica são a realização de estudos e o provimento dos meios essenciais para fortalecimento das políticas de recursos hídricos e saneamento básico, com vistas ao suporte do processo de consolidação

da matriz institucional do sistema de gestão de recursos hídricos e do saneamento básico do Distrito Federal. Além disso, ela visa à estruturação técnica e estratégica da ADASA, no qual estarão definidas as suas áreas de atuação e a sistemática de elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos decorrente do mandato da Agência. Está previsto, também, esforço de capacitação e treinamento dos recursos humanos existentes e daqueles a serem incorporados por concurso público durante tal processo, possibilitando ao Distrito Federal alcançar excelência nas áreas de gestão e regulação dos usos dos recursos hídricos, saneamento básico e outros serviços públicos. A tabela a seguir mostra os objetivos e resultados esperados.

Tabela 40: objetivos e resultados previstos projeto ADASA/UNESCO

Objetivos	Resultados
Objetivo imediato n. 1 Promover estudos técnicos especializados que possibilitem a absorção pelos quadros de pessoal da ADASA da expertise necessária à revisão, atualização e implementação do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal – PGIRH, em consonância com as políticas públicas distritais e nacionais.	Resultado I criada. Metodologia de revisão e atualização do PGIRH
	Resultado II efeitos gerados. Primeira revisão do PGIRH realizada e seus
Objetivo imediato n. 2 Promover os estudos necessários para criação de metodologia de planejamento setorial e para a respectiva elaboração de planos periódicos de saneamento básico do Distrito Federal e Entorno, em consonância com as políticas públicas distritais e nacionais.	Resultado I básico permanente e periódico criada. Metodologia de planejamento em saneamento
	Resultado II Primeiro plano de saneamento básico elaborado.
	Resultado III Técnicas e formas de mobilização social e de consultas à sociedade civil criadas, e mobilização e consultas públicas instituídas.
Objetivo imediato n. 3 Fornecer suporte ao processo de estruturação técnica e estratégica da ADASA.	Resultado I elaborada. Metodologia de planejamento estratégico
	Resultado II regimento interno elaborados. Estudos de fundamentação técnica da revisão do
	Resultado III capacitados. Quadros comissionados e efetivos de técnicos
	Resultado IV estruturado e em funcionamento. Centro tecnológico de informação da ADASA
Objetivo imediato n. 4 Apoiar tecnicamente estudos de propostas de regulação dos setores de recursos hídricos e de saneamento básico.	Resultado I regulatória de recursos hídricos e saneamento básico realizados. Estudos técnicos intrínsecos à infraestrutura
	Resultado II implantado. Estudos aplicativos de regulação técnica a recursos hídricos e saneamento básico desenvolvidos e
Objetivo imediato n. 5 Prestar suporte técnico e científico à estruturação dos entes orgânicos e do compartilhamento pelos usuários de bacias hidrográficas do Distrito Federal, inclusive em face de eventos críticos.	Resultado I Federal tecnicamente definidos e otimadamente estruturados. Comitês de bacias hidrográficas do Distrito
	Resultado II Distrito Federal harmonizado e otimizado. Compartilhamento de recursos hídricos do
	Resultado III recursos hídricos do Distrito Federal desenvolvidos. Modelos de previsão de eventos críticos em
Objetivo imediato n. 6 Prestar apoio técnico à elaboração de metodologias de monitoramento e avaliação de andamento de projetos, programas e planos de ação, bem como de consecução de seus objetivos.	Resultado I andamento de projetos, programas e planos de ação criada. Metodologia de monitoramento e avaliação de
	Resultado II Metodologia de avaliação de resultados gerada.

Fonte: UGP ADASA – UNESCO

Visando o alcance destes objetivos/resultados, durante o ano de 2011 foram realizadas as seguintes contratações/execuções:

Tabela 41: contratações/execuções projeto ADASA/UNESCO

CONTRATADO	OBJETIVO	RESULTADO
Business do Brasil Comunicação Ltda	5	5.1
Rr Serviços Postais e Telemáticos Ltda	1	1.1
Carlos Eduardo Morelli Tucci	4	4.2
Paulo Jorge Rosa Carneiro	4	4.2
Ecoplan Engenharia Ltda.	1	1.1
Roberta Baptista Rodrigues	4	4.2
Csaneo Engenharia e Consultoria Ambiental Ltda.	5	5.2
Nicolas Francois Marie Bourlon	5	5.1
Ana Cristina Karl	1	1.1
Orlando de Castro e Silva Campos	3	3.3
Infinity Conferences & Exhibitions Eventos Brasil Ltda	3	3.1

Fonte: UGP ADASA – UNESCO

Registra-se que durante o ano de 2011, conforme tabela acima, houve execução em 4 dos 6 objetivos, totalizando 30,6% do total do projeto. Este avanço na execução contribuiu significativamente para o alcance de importantes resultados previstos e se tornou mais expressivo a partir da formalização da Unidade de Gestão de Projetos, no âmbito do Núcleo de Planejamento e Programas Especiais, UGP – ADASA/UNESCO (portaria nº. 43, de 31 de março de 2011).

5. Conclusão

Em face de todo o exposto, conclui-se que, no cumprimento das metas fixadas para o ano de 2011, a ADASA alcançou o índice de desempenho médio global de **87,72%** sendo **93,44%** relativos ao Programa “Água é Vida” e **82%** referentes ao desempenho do Programa “Brasília Sustentável” o que é considerado um índice de desempenho institucional “Satisfatório”, de acordo com a metodologia de avaliação adotada.

Além de cumprir satisfatoriamente as metas do exercício de 2011, a Agência também concluiu, como demonstrado, no ano, algumas metas relevantes programadas para o ano de 2010 que não puderam ser concluídas naquele exercício.

6. Perspectivas 2012

Com relação aos próximos desafios e perspectivas para o exercício 2012, cabe contextualizar vulnerabilidades, relevantes, que impactam ou poderão futuramente impactar na qualidade de vida da população do Distrito Federal e necessitam da interferência do GDF por intermédio de ações da ADASA:

i. Desafios

a. O Distrito Federal sofreu ao longo dos anos uma grande expansão populacional em face das ingentes pressões demográficas, que gerou uma crescente demanda por água resultando em uma exploração descomedida e irracional dos recursos naturais. Os impactos advindos desse quadro comprometem o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e de sua Região de Desenvolvimento Integrado (RIDE);

b. Inadequados sistemas de drenagem pluvial urbana e de pleno esgotamento sanitário decorrente da ocupação desordenada do solo, de vales, encostas, margens de córregos, nascentes, cabeceiras de mananciais e de áreas sem capacidade de depuração de efluentes, além de práticas de manejo inadequadas nas áreas rurais, são fatores que colocam em risco também a preservação dos recursos hídricos;

c. Ineficiente disposição de resíduos sólidos no lixão localizado a noroeste do Distrito Federal, nas proximidades do Parque Nacional de Brasília, vem causando contaminação pelo chorume ali produzido e a consequente poluição do solo e das águas subterrâneas;

Visando melhorar as condições existentes o Governo mapeou em seu planejamento para o período de 2012/2015, Macrodesafios, dos quais destacamos em particular aquele afeto diretamente a missão da ADASA: “aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.”, que prevê resultados a sociedade em curto, médio e longo prazo.

ii. Perspectivas 2012

A ADASA, como órgão de estado, abrangida por esse Macrodesafio, encontra-se desenvolvendo ações, em seu campo de atuação de: regular, regularizar e de fiscalizar políticas públicas, especialmente, de recursos hídricos compreendidos os diversos usos da água; de saneamento básico, entendido como: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; e nos segmentos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem urbana e manejo de águas pluviais, assim como gás canalizado. Destacamos ações em andamento ou se iniciar em 2012, julgadas de relevante interesse público para o Distrito Federal:

a. Operação e monitoramento dos recursos hídricos do Distrito Federal por meio de 165 (cento e sessenta e cinco) estações de monitoramento hidrometeorológico, distribuídas por bacias hidrográficas, visando assegurar a qualidade e quantidade das águas do Distrito Federal;

b. Revisão do Plano de Gestão Integrada de Recursos Hídricos – PGIRH, que apresentará novo balanço hídrico do DF, e o conjunto de procedimentos essenciais para o gerenciamento dos recursos hídricos no âmbito do Distrito Federal;

c. Manutenção de programas integrados de educação permanente conjugado a campanhas publicitárias direcionadas aos usuários de recursos hídricos, em especial, aos ribeirinhos, cujo desenvolvimento vem apoiando ações voltadas para a conservação e recuperação de corpos d’água duramente degradados;

d. Implantação do programa “Produtor de Água” na Bacia do Pípiripau, investimento direcionado para a recuperação e manutenção de 1.000 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APP), e 1.663 hectares de áreas de reserva legal (aquelas dentro das propriedades as quais podem ser usadas de modo sustentável e que visam a contribuir para a preservação do bioma), por meio do plantio de 1,44 milhão de mudas nativas do Cerrado. Além disso, vai alcançar a conservação 14.800 hectares de solo, utilizando técnicas sustentáveis de agropecuária, como construção de terraços e barragens;

e. Implantação de projetos de sensibilização e chamamento da população a participar dos Comitês de Bacias, objetivando gerar mudanças de atitudes, convertendo seres poluentes em cidadãos responsáveis pela boa sorte do patrimônio hídrico local;

f. Monitoramento da qualidade da água distribuída à população, realizado por meio de coleta, leitura de nível, transporte e realização das análises físico-químicas e bacteriológicas da água bruta (superficial e subterrânea), água tratada e água servida (residuária e efluente), com emissão de laudos laboratoriais específicos;

g. Delegação de competências outorgada pela Agência Nacional de Águas-ANA à Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico do Distrito Federal-ADASA para a completa gestão dos rios, córrego, lagos, lagoas e nascentes de todo o território de domínio da União no Distrito Federal;

h. Estabelecimento dos níveis altimétricos da água a serem mantidos no Lago Paranoá, no ano de 2012, visando assegurar os usos múltiplos dos recursos hídricos;

i. Lançamento do “ADASA Móvel”, canal de comunicação com o público externo, especialmente o rural, de difícil localização e evidente exclusão digital, visando gerar acesso a serviços prestados à comunidade do Distrito Federal. Trata-se de um veículo oficial, tipo Van, equipado com TVs, DVD, mesas e cadeiras dobráveis;

j. Apresentação de estudos visando assegurar a disponibilidade do bem hídrico até 2040, com a inclusão de três novas fontes de captação – lago Paranoá, ribeirão Bananal e Corumbá IV; e de imediato, buscar junto a CAESB medidas operacionais para estancar vazamentos em pontos vulneráveis do sistema de abastecimento, e de combate ao desperdício de água;

k. Ampliação do marco regulatório do Distrito Federal, verificados a partir da finalização e apresentação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos; do Plano Diretor de Drenagem Urbana; e do Plano de Expansão dos Serviços de Água e Esgoto da CAESB. O próximo desafio é a conclusão e apresentação do Plano de Saneamento Básico;

l. Edição das condições gerais da prestação e utilização de serviços públicos de abastecimento água e de esgotamento sanitário, onde estão definidas as categorias e classes de unidades usuárias, seja comercial, residencial, industrial ou pública; os prazos de atendimento de diversos serviços; obrigação para a concessionária estabelecer termos contratuais com usuários; definição de direitos e deveres dos usuários; condições de suspensão e interrupção de serviços; montantes mínimos e máximos de aplicação de penalidades e outros, com início da vigência em março de 2012;

m. Modicidade tarifária - Estabelecimento de tarifas acessíveis aos usuários pela utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, onde é considerado o que usuário está disposto a pagar como remuneração do serviço a que ele é prestado, dentro de uma faixa de eficiência crescente por parte do prestador de serviço;

n. Análise e aprimoramento das condições técnicas de prestação dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais, visando à concessão de outorga e orientação para a fiscalização, com a finalidade de assegurar a qualidade e continuidade desses serviços em benefício da população do Distrito Federal;

o. Programa Distrital de Resíduos Sólidos do DF, que tem como uma das ações emergenciais a desativação do lixão da Cidade Estrutural, em 2012. Para atingir esses patamares, a proposta prevê a criação de 107 pontos de entrega voluntária de entulho, os chamados ecopontos; doze galpões de triagem; aproximadamente sete áreas de transbordo, triagem e reciclagem; abertura de mais duas usinas de tratamento e revitalização das existentes na L4 Sul e na Ceilândia que poderão funcionar com capacidade acima da trabalhada. Além disso, o projeto contempla a criação dos aterros da Samambaia e do norte, com local ainda a ser definido e o encerramento e remediação do aterro da Estrutural. No local do atual lixão, será construído o “Complexo Eco Empresarial da Estrutural”, que vai abrigar indústrias com atividades ligadas à resíduos, gerando renda e de trabalho para as pessoas que já vivem do lixo.

p. Análise e aprimoramento das condições técnicas de prestação dos serviços de coleta, destinação e tratamento dos resíduos sólidos do Distrito Federal;

q. Celebração de convênio de cooperação técnica com a Agência Nacional de Petróleo – ANP, com o objetivo de desenvolver estudos e atividades para a regulamentação das questões referentes ao transporte, distribuição e comercialização do gás canalizado no Distrito Federal. O convênio prevê estudos sobre a regulação e critérios para a verticalização do setor; propostas para estabelecimento de parâmetros de qualidade de fornecimento para o gás natural; questões tecnológicas e econômicas relacionadas ao gás canalizado; definição das delimitações entre os sistemas de transporte e aspectos gerais da regulamentação do transporte, distribuição e comercialização do gás canalizado.

7. Identificação dos responsáveis**Ordenadores de despesa da ADASA:**

- Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides – Diretor Presidente - Titular

Assinatura: _____ Telefone: 3961-4920

- Leosmar Litran dos Santos – Superintendente de Administração e Finanças

Assinatura: _____ Telefone: 3961-4918

Responsáveis pela Elaboração:

- Cláudia Maria Holanda da Silva – Agente de Planejamento

Assinatura: _____ Telefone: 3961-4925

- José Bento da Rocha – Agente de Planejamento

Assinatura: _____ Telefone: 3961-4939

- Lucivane Madureira Sampaio Camargo – Agente de Planejamento

Assinatura: _____ Telefone: 3961-4915